



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**

**Dissertação de Mestrado:**

**Participação das Organizações da Sociedade Civil na Promoção  
do Desenvolvimento Rural em Moçambique: o Caso da União  
Nacional dos Camponeses Distrito de Boane (2015-2018)**

**Autora:** Iolanda Ernesto Uamusse

**Supervisor:** Prof. Doutor Samuel Quive

Maputo, Março de 2021

## INDICE

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos .....	iv
Lista de Acrónomos .....	v
Lista de Tabelas .....	vi
Lista de Gráficos.....	vii
Resumo .....	viii
Abstract.....	viii
1.Introdução .....	1
1.1.Contextualização.....	2
1.2. Contextualização do Problema de Pesquisa.....	6
1.3. Justificação e Relevância do Estudo .....	9
1.3 Objectivos do Trabalho.....	10
1.3.1 Objectivo Geral.....	10
1.3.2 Objectivos Específicos.....	10
1.4 Hipóteses.....	10
CAPITULO I. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPTUAL .....	12
1.1. A Teoria do Desenvolvimento Endógeno.....	12
1.2.Quadro Conceptual .....	14
1.2.1.Desenvolvimento Rural Endógeno .....	14
1.2.2.Associativismo.....	22
1.2.3.Cooperativa .....	23
1.2.4.Participação.....	24
1.2.5.Sociedade Civil .....	25
CAPITULO II. REVISÃO DE LITERATURA .....	26
2.1. Sociedade Civil Antes da Independência.....	26
2.2. Sociedade Civil Após a Independência.....	26
2.3 Tipificação e Razões da Proeminência da Sociedade Civil .....	28
2.4 Configuração da Sociedade Civil.....	29
2.5 Importância das Organizações da Sociedade Civil.....	30
2.6. Constrangimentos das Organizações da Sociedade Civil moçambicanas .....	31
2.7. Desafios da Sociedade Civil .....	32
2.8. Representatividade da Sociedade Civil.....	32

2.9. Mecanismos de Participação das Organizações da Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Rural .....	33
2.10 Processo de Regularização de uma Organização da Sociedade Civil.....	34
CAPITULO III. METODOLOGIA DO TRABALHO.....	36
3.1. Limitação Geográfica e Divisão Administrativa do local da Pesquisa.....	36
3.2.Características Socioeconómicas .....	36
3.3.Método de Abordagem .....	37
3.4.Método de Procedimento .....	37
3.5. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados.....	38
3.6.Universo e Amostra .....	39
3.6.Procedimentos Éticos.....	40
CAPITULO IV. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	41
4.1.Análise e Interpretação de Dados .....	41
4.1.2.Perfil das Associações Agrícolas do Distrito de Boane Membros da UNAC .....	43
4.2.Entrevista as Associações do Distrito de Boane Membros da UNAC.....	43
4.5.Entrevista ao Director do SDAE.....	57
5.Discução de Resultados .....	60
6.1. Conclusão.....	61
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
ANEXOS .....	66

## **Declaração de Honra**

Eu, Iolanda Ernesto Uamusse juro por minha honra que, este trabalho, nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção do grau de Mestrado nem qualquer grau de estudo e que constitui um trabalho de investigação do campo por mim feito estando indicado no texto e na revisão bibliográfica, as fontes utilizadas.

Maputo, Março de 2021

---

Iolanda Ernesto Uamusse

Folha de Aprovação

MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Participação das Organizações da Sociedade Civil na Promoção do Desenvolvimento Rural em Moçambique: o Caso da União Nacional dos Camponeses Distrito de Boane (2015-2018)

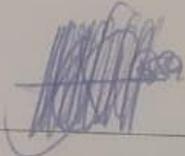
Dissertação Apresentada no Departamento de Sociologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como parte dos requisitos necessário para obtenção do grão de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento.

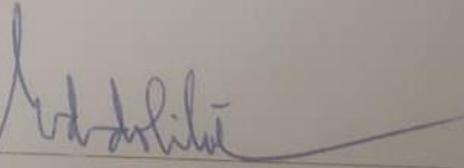
Iolanda Ernesto Uamusse

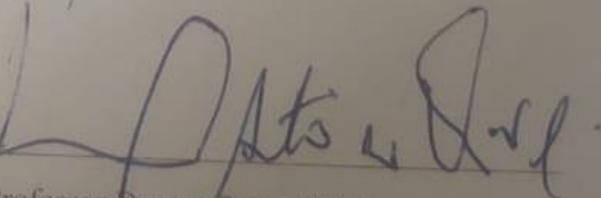
Supervisor: Professor Doutor Samuel Quive

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Júri:

O Presidente: \_\_\_\_\_  
Professor Doutor Orlando Nipassa

O Arguente: \_\_\_\_\_  
Professor Doutor Eduardo Siteo

O Supervisor: \_\_\_\_\_  
Professor Doutor Samuel Quive

## **Dedicatória**

Com muito carinho, este trabalho é dedicado à senhora Amélia Nhaquila, minha mãe, por ter me ensinado que tudo é alcançável na vida através de trabalho intenso, dedicação e fé; e também à Décio Tamele foi uma pessoa que acompanhou minuciosamente a minha carreira estudantil; e finalmente a minha fonte de inspiração Yudie Tamele, minha filha.

Igualmente dedico este trabalho às associações dos camponeses do distrito de Boane pelo reconhecimento do seu papel na mobilização das comunidades no sentido de inculcar o espírito do associativismo, o que de certa forma contribuir para o alcance dos objectivos almejados que consiste no aumento da produção e produtividade agrária no país com vista à redução da pobreza.

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho foi possível graças a colaboração de algumas individualidades e instituições que do fundo de meu coração gostaria de expressar o meu singelo agradecimento. Agradeço a Deus por estar sempre presente no meu dia-a-dia e por iluminar o meu caminho.

A minha família pelo companheirismo e compreensão. Vocês são a razão do meu esforço e que vão dando algum azo a minha vida e sem margem de dúvidas constituíram o arsenal de toda esta batalha.

Especialmente ao Prof. Doutor Samuel Quive, meu orientador científico pela paciência e compreensão com as minhas dificuldades, contribuições ricas, ensinamento e orientação académica durante a fase de elaboração deste trabalho até ao seu término, de modo que o sonho de me tornar mestre fosse uma realidade tangível.

Por último, palavra de apreço também aos técnicos dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) aos representantes da UNAC ao nível do Distrito de Boane, as associações dos camponeses envolvidos nesta pesquisa e que prestaram todo o seu apoio para que este trabalho fosse realizado com êxito.

O meu muito obrigada!

## **Lista de Acrónimos**

CDR – Campos de Demonstração de Resultados

DUAT – direito do uso e aproveitamento da terra

EMC – Escola na Machamba do Camponês

FAO - Food and agriculture organization

ha - Hectare

INE - Instituto Nacional de Estatística

O.N.G. - Organização Não Governamental

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROAGRI - Programa Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura

SDAE - Serviço Distrital das Actividades Económicas

UNAC- União Nacional dos Camponeses

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 Amostra das Associações seleccionados.....	39
Tabela 2 Perfil das Associações.....	43

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 Género dos Entrevistados .....	41
Gráfico 2 Estado Civil .....	41
Gráfico 3 Grau Académico .....	42
Gráfico 4 Actividades de Renda Familiar.....	42
Gráfico 5 Motivação aderir aUNAC.....	44
Gráfico 6 Rendimento dos Pequenos Produtores.....	45
Gráfico 7 Acções Desenvolvidas pela UNAC .....	46
Gráfico 8 Percepção dos Pequenos Produtores.....	47
Gráfico 9 Rendimento dos Produtores não Associados .....	48
Gráfico 10 Destino da Produção .....	49
Gráfico 11 Proprietário da Machamba.....	50
Gráfico 12 Assistência Técnica .....	50
Gráfico 13 Apoio da UNAC .....	51
Gráfico 14 Actividade Desenvolvida pela UNAC.....	52
Gráfico 15 Entidade que assiste os não Associados .....	52
Gráfico 16 Técnicas Disseminadas pela UNAC.....	55

## **Resumo**

A presente pesquisa disserta sobre a contribuição da participação das Organizações da Sociedade Civil na promoção do Desenvolvimento Rural em Moçambique tendo como objecto de estudo a União Nacional dos Camponeses no distrito de Boane. Na pesquisa questiona-se sobre o contributo da participação da UNAC na resolução dos problemas das associações de camponeses ao nível do distrito. A hipótese principal da pesquisa sustenta que a participação das OSC nas comunidades rurais como é o caso da UNAC, constitui um valor acrescentado que vem dar mais sinergias ao processo de desenvolvimento local, na medida em que mobiliza recursos necessários para a satisfação dos problemas dos camponeses nas comunidades rurais. Para a realização do trabalho partimos de uma metodologia qualitativa que permitiu analisar os dados colectados com uma amostra composta por 4 associações dos camponeses, coordenadores distritais sendo da UNAC e SDAE, bem como extensionistas que fazem assistência as associações de camponeses ao nível do distrito. Os resultados da pesquisa demonstram que a participação da UNAC no desenvolvimento das comunidades rurais tem um impacto positivo nas associações dos camponeses visto que esta organização promove o espírito de associativismo, ajuda os camponeses na legalização das suas propriedades e promove programas de intercâmbio nacionais e internacionais para a partilha de recursos e aprendizagem mútua entre diferentes actores, que trabalham e apoiam a actividade agrícola ao nível do distrito de Boane.

**Palavras-Chave: Participação, Desenvolvimento Local, e Associativismo**

## **Abstract**

This research discusses the contribution of the participation of Civil Society Organizations in the promotion of Rural Development in Mozambique, having as object of study the National Union of Peasants in Boane district. The research questions the contribution of UNAC's participation in solving the problems of peasant associations at the district level. The main hypothesis of the research sustains that the participation of CSOs in rural communities, such as the UNAC, constitutes an added value that gives more synergies to the local development process, as it mobilizes the necessary resources to satisfy the problems of the peasants. in rural communities. To carry out the work, we started with a qualitative methodology that allowed us to analyze the data collected with a sample composed of 4 farmers associations, district coordinators being from UNAC and SDAE, as well as extensionists who assist the farmers associations at the district level. The survey results demonstrate that UNAC's participation in the development of rural communities has a positive impact on peasant associations as this organization promotes the spirit of association, helps peasants legalize their properties and promotes national and international exchange programs for the sharing of resources and mutual learning between different actors who work and support agricultural activity at the Boane district level.

**Keywords: Participation, Local Development, and Associations.**

## **1.Introdução**

No contexto de mudanças visualiza-se um forte movimento de novas formas de organização social do trabalho e de produção agrícola. Esta situação vem influenciando vários grupos sociais a se unirem em pequenas associações para assumir o controlo da organização do seu trabalho e dos seus processos produtivos, minimizando deste modo carências e valorizando recursos endógenos de forma eficaz e sustentável.

Adoptamos no estudo uma abordagem endógena e não exógena do desenvolvimento rural, porque esta perspectiva postula o desenvolvimento feito com recursos oriundos da própria região que permitem maximizar a utilização de fornecedores de materiais e serviços locais, enquanto a perspectiva exógena defende um desenvolvimento feito com investimentos oriundos de fora da região, que pode contribuir para o desprezo da cultura empresarial local, não aproveitando recursos humanos de alto nível local (Sousa Filho, 2011).

Em Moçambique, assim como noutros países da África, as organizações da sociedade civil surgiram antes da independência, foram se desenvolvendo em diversidade de contextos.

No período colonial, as organizações da sociedade civil tinham a sua missão de fortalecer o Estado na dominação do povo Moçambicano. Após a independência, 1975, o Estado era o principal actor na promoção do bem-estar das comunidades, com a política do sistema socialista que durou até 1992.

Neste contexto, com a introdução do sistema de multipartidarismo, período democrático, verificou-se o surgimento das associações ao nível das comunidades rurais independentes dos sistemas políticos como é o caso da União Nacional dos Camponeses (UNAC).

Desta forma, a participação dos camponeses nos movimentos associativos é importante para a democracia e fortalece a sociedade civil, dando um espaço para uma relação entre o Estado e sociedade.

De acordo com Fernandes (1994: 21), as organizações da sociedade civil são criadas por iniciativas privadas com a finalidade de produção de bens e serviços públicos, como forma de responder às necessidades colectivas, e o bem - estar social.

O propósito desta dissertação é analisar a participação das Organizações da Sociedade Civil na promoção do desenvolvimento rural, enfatizando a importância da institucionalização da UNAC na luta pela defesa dos interesses dos camponeses em Moçambique.

Neste âmbito, tomamos o distrito de Boane como um estudo de caso, dado que este demonstra um conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais e culturais) e apresenta algumas potencialidades em termos de actividades económicas produtivas, que se encontram a serem desenvolvidas pelas associações agrícolas com apoio da UNAC.

Para tal, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: primeiramente contextualizamos o estudo, formulamos o problema da nossa pesquisa e justificamos o porque da nossa escolha apresentando os objectivos e hipóteses do estudo. Seguidamente no primeiro Capítulo trouxemos a teoria base e os principais conceitos que serviram de base para o suporte da pesquisa. O segundo Capítulo disserta sobre o papel da participação da OSC no desenvolvimento Local destacando os mecanismos de participação. No terceiro Capítulo apresentamos a metodologia usada para a realização do presente estudo. No quarto Capítulo apresentamos os resultados da pesquisa e por último as Conclusões e recomendações da pesquisa.

### **1.1.Contextualização**

O desenvolvimento constitui um aspecto transversal em diversas sociedades, pese embora as estratégias usadas para o almejar tendem a variar de sociedade para sociedade. Sendo o desenvolvimento um processo inerente as necessidades humanas, o continente africano não está a margem desta dinâmica.

Em Moçambique há esforços visíveis por parte dos diferentes actores de desenvolvimento dentre eles, o governo, a sociedade civil, os académicos, e a comunidade rural no geral de modo a compreender os factores que de certa forma contribuem para o alívio da pobreza e conseqüente desenvolvimento das comunidades rurais.

O desenvolvimento local acompanha as mudanças estruturais e características das diferentes fases históricas da sociedade. Entretanto, o desenvolvimento numa perspectiva do associativismo, encontra as suas origens mesmo nos primórdios da humanidade, momentos estes que os seres humanos, sentiram a necessidade de sempre se associarem com vista a alcançar determinados objectivo que de forma individual seria quase que impossível. (Frantz, 2012:11).

Relativamente ao associativismo, importa referir que este encontra suas bases na revolução Industrial, pois com o aumento da industrialização, o trabalho manual passou a ser substituído pela maquinaria, aumentando a exclusão social. (Piraceba, 2011:25).

Nesse contexto de transformações sociais, começaram a surgir reacções contra a exclusão social e a pobreza, defendendo formas mais igualitárias na distribuição de bens, dentre elas a formação de associações e cooperativas. (ibidem 2011).

As cooperativas nessa concepção eram um instrumento para a eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor, aumentando as margens de lucros dos produtores e diminuindo os preços finais para os consumidores. Assim, a cooperativa contribuiria para a emancipação dos trabalhadores. (ibidem, 2011).

De acordo com Piraceba (1998) o associativismo vem ganhando espaço e se destacando, podendo ser considerado um dos factores que impulsiona o desenvolvimento social. Para ele, as manifestações do associativismo moderno datam desde 1844 na cidade de Rochdale Manchester na Inglaterra, no final do século XVI, e início da Revolução Industrial, este grupo era formado por 28 trabalhadores que decidiram aplicar parte do valor que recebiam por semana, na fundação de uma loja.

De acordo com Baptista (2008), nos EUA o associativismo moderno surge em 1953 através de um órgão responsável pelos programas federais (Small Business Administration - SBA) para a gestão de pequenos negócios. Mas importa frisar que anteriormente, já existiam pequenas associações de pequeno empresário que actualmente é a maior associação independente de pequenas empresas, a National Federation of Independent Business.

Na visão de Piraceba (2011) o associativismo encontra as suas bases a partir da influência das ideias liberais da época e se constituiu em um modelo de produção social alternativo, cuja raiz está nos interesses comuns das pessoas e na união em busca de um objectivo comum.

O associativismo está ligado a ideia de vivência colectiva, de novas experiências e enriquecimento de conhecimentos. (Frantz, 2012), consideram ainda ser uma alternativa que transforma capacidades individuais em conquistas e melhorias colectivas, ou seja, o associativismo pode ser compreendido como a acção de associar, juntar, agregar e unir forças para atingir um objectivo comum.

O associativismo nesta fase é entendido como sendo “uma associação autónoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa colectiva e democraticamente controlada”. Seus princípios são a adesão voluntária e livre; a gestão democrática controlada pelos membros; a participação económica dos sócios; a autonomia e independência, educação, formação e informação; a intercooperação; e, o interesse da comunidade. (Frantz, 2012:19).

Em Moçambique o desenvolvimento na vertente do associativismo encontra-se dividido em dois grandes períodos: o período colonial, e, o período pós-independência. A formação de uma associação de pequenos agricultores surgiu durante a realização do congresso operário de Maio de 1915, em que debateu os problemas da pequena agricultura, um ano depois fundou-se em Lourenço Marques uma associação de pequenos agricultores destinada a impulsionar os interesses agrícolas no distrito de Lourenço Marques especialmente no vale de Limpopo e Infulene. Nesta fase constituía a maior dificuldade dos agricultores o acesso ao mercado (Rocha, 1991).

Neste período, as associações eram caracterizadas por diferentes factores estanques e separatistas tais como, diferença de princípios e de processos de aprovação dos estatutos segundo a cor da pele dos associados. Visto que numa vertente, existia um grupo de organizações que englobavam associações de colonos constituído por indivíduos de raça branca, com pleno gozo dos direitos jurídicos, civis e políticos e que nas suas actividades, contava com um amplo apoio do Estado, sobretudo o apoio financeiro. Na outra, um grupo de organizações, formadas por indivíduos negros abrangidos pelo estatuto indigenato que de certa forma não gozavam dos mesmos direitos do grupo anterior. (Adam 1986:31).

Para Sambo (2008) apesar das estratégias introduzidas neste período, as associações e cooperativas, não tinham como objectivo fundamental contribuir para a melhoria das condições de vida dos associados fundamentalmente negro, muito menos desenvolver o país, mas sim, visavam contribuir para acumulação de recursos e capital em benefício da metrópole. Tais como as companhias majestáticas e arrendatárias entre outras.

No período pós-independência, sobretudo após a realização do III congresso do partido Frelimo em 1977, decidiu-se a nível do ministério da agricultura a criação do Gabinete de organização e desenvolvimento das cooperativas agrícolas (GODCA) em que o governo adoptou uma política de desenvolvimento assente na socialização do campo, pois o desenvolvimento rural seria promovido através da produção de forma colectiva, nas cooperativas.

Nesta óptica as cooperativas eram consideradas como sendo instituição caracterizada pela socialização da produção, dos meios de produção e da força de trabalho. O modelo apresentado para estas instituições era das cooperativas que se desenvolveram nas zonas libertadas pela Frelimo durante a luta de libertação nacional. (Mutemba, 1998: 31).

Após a independência o governo mobilizou os camponeses a organizar-se em cooperativas que ocupavam machambas extensas e albergavam um número elevado de camponeses, estas machambas denominavam-se machambas Estatais.

A grande responsabilidade pela criação e sobrevivência das cooperativas estava inicialmente ligada as actividades do governo. A maior parte das cooperativas estava fortemente dependente do Estado, não gozavam de uma estrutura de gestão consistente, o que teve repercussões negativas no seu rendimento, e tendo sido agravado com a guerra.

Nos finais da década 80, o país devastado pela guerra e com uma economia debilitada, o governo adopta estratégia para sair de crise e, nesse prisma, introduz o programa de reabilitação económica (PRE) que deu início às transformações socioeconómicas e políticas e em 1987, as políticas públicas tomam novo rumo que é da abertura em toda escala.

A partir daí, a estrutura tradicional que tinha sido destruída após a independência foi chamada e reconhecida a exercer as suas actividades. Também surge o novo movimento cooperativo inspirado na autonomia e passou a ter apoio das organizações internacionais, quanto à sua promoção como seu sustento, com interesse de dar mais liberdade nas suas actividades. (Van Vuht, 2002: 28).

É neste momento em que o Estado reconhece a necessidade da intervenção de diferentes actores no processo do desenvolvimento, dentre eles indivíduos, associações e ONGs, liberando deste modo a iniciativa dos sectores sociais e individuais que ganhou uma dinâmica com a aprovação do decreto 8/91 de 18 de Junho de 1991 que preconiza que os indivíduos tem o direito de livre associação, criando deste modo condições para que as associações se oficializassem.

A luz do decreto 8/91 de 18 de Junho, o movimento cooperativo ganhou autonomia, como uma unidade de produção, com as características próprias desenhadas com princípios de uma organização cooperativa e associativo, que começa a disseminação da ideia de criação de uma célula de apoio às cooperativas do País que volvido alguns anos foi designado de União Nacional de Camponeses (UNAC).

A UNAC é um movimento de Camponeses, do sector familiar fundado em 1987 e registada em 1994. Esta organização, luta pela participação activa dos camponeses no processo de desenvolvimento de Moçambique. A UNAC ajudam grupos locais de camponeses a formar associações e a adquirir conhecimentos de comercialização, permitindo aos camponeses oferecer os seus produtos em volumes e quantidades requerido pelos compradores. As

mudanças políticas e económicas que se operaram em 1987 motivaram o surgimento deste movimento.

Desde a sua criação que a UNAC leva a cabo actividades em defesa dos interesses dos seus membros e desempenha um papel importante perante o Governo. A UNAC contribuiu muito especialmente na harmonização social em torno da discussão da lei da terra adoptada em 1997.

Portanto a criação de associações, e organizações da sociedade civil, é encorajada, mas ao mesmo tempo suas acções não parecem ser tão livres como consagra a lei. O Estado conserva o direito de controlo, à limitação e à repressão de movimentos populares que, supostamente, coloquem em causa a segurança estatal, a ordem e a tranquilidade públicas.

Diante disso, e tendo em conta a pressão exercida pelo estado é urgente demonstrar à sociedade os resultados causados pela participação da UNAC na promoção do desenvolvimento local nos produtores do distrito de Boane, mediante as mudanças sociais, pois esta é a chave que implica na gestão de controlo de metas de longo prazo, podendo contribuir com o aumento da captação de recursos como consequência da transparência e visibilidade de suas acções e investimentos.

## **1.2. Contextualização do Problema de Pesquisa**

Em Moçambique, tem surgido nos últimos anos, sobretudo, depois de 1990, várias associações e organizações da sociedade civil, umas dedicando-se ao desenvolvimento, visando ampliar as suas bases nas zonas rurais e outras centrando a sua conduta em actividades de advocacia, através do empreendimento de debates relacionados com a dívida externa, campanhas contra a proliferação de minas terrestres, HIV/SIDA, lei eleitoral e da família (Lalá & Ostheimer, 2003:31).

Neste contexto a participação da sociedade civil no desenvolvimento rural tem suporte nos dispositivos legais tais como: Constituição da República de Moçambique de 1990 e a Constituição em vigor, Lei 8/2003, Decreto 11/2005, Decreto 15/2000 e outros dispositivos legais que versam sobre o assunto.

De acordo com Fernandes (1994), as organizações da sociedade civil, criadas por iniciativas privadas e que visam à produção de bens e serviços públicos, buscam responder às necessidades colectivas e ao bem-estar social. Assim, a participação dos cidadãos nos movimentos associativos é importante para a democracia e fortalece a sociedade civil, dando espaço a uma relação entre Estado e sociedade. (Fernandes (1994:21).

Cada região tem uma cultura e uma estrutura própria, que influenciam sua forma de acção. Dessa forma, as associações rurais, ao serem formadas, têm como propósito integrar os esforços e as acções do homem do campo e a de seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e de fomentar um sistema capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis, garantindo o nível de vida da população local (Curado, 2004).

O distrito de Boane possui como base da economia, a agricultura do sector familiar, praticada em grande parte ao longo da planície banhada pelo rio Umbeluze, que atravessa o distrito. Maior parte das explorações agrícolas do distrito pertencem às famílias de pequenos agricultores que praticam a agricultura de subsistência e tem esta actividade como a sua principal fonte de renda bem como para a produção de alimentos. (Brito, 2015).

Os agricultores do sector familiar neste Distrito, tem-se organizado em associações, que lhes permitem juntar recursos e esforços, para alcançar maiores rendimentos nesta actividade. Estando organizados em associações, os agricultores podem reunir condições para desenvolver actividades que não seriam capazes de dispor de meios suficientes para desenvolve-las singularmente. (ibidem, 2015).

Também conseguem ter benefícios de outra natureza como a ajuda do governo e organizações não governamentais que geralmente alocam meios para estas associações como forma de apoiar a um número maior de famílias em simultâneo de forma a melhorar a produção e por conseguinte o nível de renda e as condições de vida destes produtores. Diante deste quadro, a agricultura familiar camponesa desempenha papel central na produção agrícola alimentar em Moçambique (ibidem, 2015).

No entanto, para além dos impactos sistemáticos de catástrofes naturais, secas, cheias e pragas os camponeses no distrito de Boane enfrentam problemas de usurpação de terras, expropriação e conflitos provenientes da entrada dos megas projectos de agricultura, controlo de territórios por empresas transnacionais bem como da expansão do Município. (ibidem, 2015).

De acordo com a ORAM (2010)<sup>1</sup>, a lei de terras foi definida pelo Governo com o apoio da UNAC, mas está a ser violada e desprezada pelo Governos locais, que favorece os investidores internacionais em detrimento dos camponeses.

---

<sup>1</sup> ORAM Relatório da Associação Rural de Ajuda. Sobre conflitos de Interesse na Gestão de Exploração da Terra em Moçambique. Maputo, 2010.

Os camponeses retratam que muitas vezes as entidades, a nível do distrito, responsáveis pela atribuição do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), atribuem a terra aos futuros investidores por autorização do pedido, mesmo sabendo que aquela área é objecto de DUAT, dos membros das comunidades e/ou camponeses, por ocupação, segundo as normas e práticas costumeiras ou por ocupação de boa-fé.

Isto constitui uma grave violação da Lei de Terras, pois não são legalmente reconhecidas as formas de aquisição do DUAT por ocupação, como ainda se preceitua que a ausência de título não prejudica o DUAT.

A par do conflito entre camponeses e as entidades, a nível do distrito, responsáveis pela atribuição do DUAT, existe o conflito entre os camponeses e o Conselho Municipal que deriva da necessidade de expansão do município, em que a edilidade desaloja camponeses dos seus campos sob o pretexto de ter deixado bem claro aos munícipes que aquele espaço pertencia ao Conselho Municipal.

A questão que se coloca é se estas áreas estão reservadas, por que é que se permitiu que os camponeses ocupassem e realizassem a actividade agrícola por mais de dez anos. Neste contexto, permitiu-se que estes adquirissem o DUAT por ocupação de boa-fé, um direito previsto e reconhecido por Lei.

Para pôr fim ao problema supra citada, houve uma tentativa de realizar uma manifestação por parte das associações dos camponeses do distrito de Boane, facto que acabou sendo, logo no seu início, duramente reprimida pelas Forças de Intervenção Rápida e da PRM, as quais espancaram violentamente os manifestantes e acabaram detendo alguns camponeses, incluindo a actual coordenador do Núcleo da UNAC no distrito de Boane.

No que concerne a usurpação de terras por parte do Conselho Municipal de Boane, os camponeses da UNAC, a nível da província de Maputo, marcharam em sinal de protesto contra o comportamento do Presidente do Conselho Municipal de Boane que se apropriou de algumas machambas e outras actividades sem consultar as comunidades e os camponeses que trabalhavam aquelas terras e que nada fazia para minimizar ou resolver os seus problemas.

Portanto a filosofia da UNAC tem sido a de não intervir sem que tenha existido um esforço por parte do núcleo dos camponeses na tentativa de resolver os seus problemas, e só perante a incapacidade destes de resolverem por si só é que a UNAC dá o seu contributo, e sem contrariar a vontade dos camponeses.

A UNAC só aparece depois de ter sido demandada pelos camponeses, ou seja, tudo é demandado a partir da base e a UNAC espera que a solução saia também da base. Depois de visto na base, é que vem a intervenção, neste caso, primeiro da província de Maputo e em último caso é que aparece a UNAC a nível nacional ou central.

A par disto, a UNAC sempre capacita a base para que ela seja capaz de resolver os seus próprios problemas e conflitos.

Neste contexto, a participação da UNAC, na resolução dos problemas dos produtores agrícolas rurais é uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e consequentemente, um mecanismo que pode melhorar as condições de vida das famílias rurais, além de promover maior eficácia na questão da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

Diante destes factos a questão que se coloca é a seguinte:

Que acções estratégicas e de intervenção são desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses (UNAC) para o bem-estar das associações dos pequenos produtores no distrito de Boane?

### **1.3. Justificação e Relevância do Estudo**

Neste panorama, estudar a participação da Sociedade Civil num país com um grande peso da agricultura como Moçambique encontra sua justificativa pelo papel que esta prática desempenha na organização dos camponeses e no desenvolvimento das comunidades locais.

Na outra visão, estudar associativismo dos camponeses é um meio de compreender as dinâmicas organizativas das comunidades locais, as sinergias institucionais em presença, a capacidade endógena a nível local, bem como a forma como os actores locais se estruturam e se organizam para enfrentarem os desafios complexos que o processo do desenvolvimento acarreta.

Do ponto de vista prático, desenvolver esta pesquisa permitiu a pesquisadora ter um conhecimento mais profundo da realidade camponesa, dos problemas, suas necessidades e aspirações. Estes aspectos poderão servir de requisitos no quadro da formulação, implementação e monitoria de políticas públicas de promoção do desenvolvimento local.

Na visão teórica, o estudo da contribuição da participação da UNAC na promoção do desenvolvimento rural apresenta-se como um importante contributo para compreensão da dinâmica da vida social no meio rural.

O estudo tem uma relevância sociológica, devido a contribuição que pode apresentar nas discussões e debates teórico no campo académico e científico das ciências sociais, com destaque para mecanismos de cooperação e solidariedade dos pequenos produtores do distrito de Boane.

Na verdade a relevância sociológica deste estudo faz parte da estratégia organizacional entre o que as organizações são convidadas a realizar dentro das comunidades, o que as comunidades rurais dizem com relação as acções dessas organizações e o que realmente as mesmas estão fazendo na prática em prol do benefício dos pequenos produtores rurais.

Também pode constituir um incentivo para que outros académicos despertem o interesse nesta pesquisa de modo a engrossar o acervo teórico e científico de estudos sobre a temática em Moçambique.

### **1.3 Objectivos do Trabalho**

#### **1.3.1 Objectivo Geral**

- Analisar as acções estratégicas específicas da União Nacional dos Camponeses (UNAC) na promoção do desenvolvimento rural em Moçambique.

#### **1.3.2 Objectivos Específicos**

- Descrever acções estratégicas específicas da União Nacional dos Camponeses (UNAC) no desenvolvimento rural no Distrito de Boane.
- Identificar as principais acções desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses (UNAC) no bem-estar das associações agrícolas nas comunidades rurais;
- Caracterizar o percurso histórico da UNAC na luta pela participação dos camponeses e os compromissos assumidos pela organização no âmbito do desenvolvimento rural;
- Aferir o nível de percepções dos beneficiários relativamente às acções estratégicas específicas da UNAC no distrito de Boane.

### **1.4 Hipóteses**

**H1.** A participação das Organizações da Sociedade Civil nas comunidades rurais como e o caso da UNAC, constitui um valor acrescentado que vem dar mais sinergias ao processo de

desenvolvimento local, na medida em que mobiliza recursos necessários para o bem-estar dos camponeses nas comunidades rurais.

**H2.** A dependência de recurso aliado a forte influência dos partidos políticos, e líderes comunitários cria interferência negativa nas ações desenvolvidas pelas Organizações da Sociedade civil no quadro do Desenvolvimento Rural.

## **CAPITULO I. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEPTUAL**

Neste capítulo procurou-se apresentar de forma sistémica a génese da participação das Organizações da Sociedade Civil no geral e em particular da União Nacional de Camponeses no processo de desenvolvimento rural com base nos pressupostos teóricos da teoria de desenvolvimento endógeno que dá primazia aos recursos endógenos (físicos, humanos e culturais) e ao poder local. No mesmo discute-se conceitos chave que de alguma forma serviram de plataforma para a compreensão do objecto de estudo.

### **1.1. A Teoria do Desenvolvimento Endógeno**

A problemática do desenvolvimento rural tem sido analisada a partir de várias vertentes teóricas dentre as quais destacam-se: a teoria neoclássica, keynesiana, a de dependência, da modernização, de produção, de capital social, a estrutural-funcionalista, exógena e endógena, dentre outras não menos relevantes para análise do desenvolvimento rural.

Entretanto, nesta pesquisa, tivemos como fio condutor a teoria do desenvolvimento endógeno porque segundo Pezzini (2003), defende o desenvolvimento por via do aproveitamento dos próprios recursos (naturais, humanos e culturais) e potencialidades endógenas de um determinado território e a promoção de iniciativas locais através da cooperação, do associativismo, e de parcerias e pactos regionais.

Esta teoria parte do pressuposto que factores decisivos no processo de desenvolvimento local são definidos no interior das regiões ou localidades e não de forma exógena, daí que as comunidades, dotadas destes factores ou estrategicamente direccionadas para desenvolve-los teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado; o que permitirá a construção de capacidades, habilitações e aptidões locais e superação da exclusão social, económica e política.

Com a teoria de desenvolvimento endógeno na concepção de Sousa Filho (2011), não se pretendeu observar o fecho ou o isolamento local, regional, nem mesmo o auto centrismo e a auto-suficiência. A ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre a consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e económicas para geração de atracção de novas actividades produtivas dentro de uma perspectiva de economia aberta (Amaral Filho, 1996).

Outro pressuposto básico da teoria é o de dar maior relevância a sociedade civil na participação do seu próprio desenvolvimento, e mais do que isso, na visão de Boisier (1997),

a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, de integração social e cooperação, pode ser considerada o agente principal da transformação socioeconómica a nível local pois uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação dos seus actores.

Neste caminho, segundo Sousa Filho (2000), uma das maiores contribuições da teoria endogenista foi mostrar que os factores determinantes ao desenvolvimento regional são aqueles existentes dentro da região, e não exteriores à ela como durante muito tempo foi entendido. Ainda na mesma perspectiva, Barquero (1988) considera que o desenvolvimento endógeno ao dar relevância a sociedade civil, e aos seus processos de organização e relação social, permite que a região atinja um desenvolvimento equilibrado e sustentável a longo prazo, sem entrar em conflito directo com a base social e cultural da região.

A teoria de desenvolvimento endógeno, procura revitalizar as energias, competências e recursos locais que correspondem as reais necessidades das comunidades, além disso ela não engloba apenas a dimensão económica mas também a sociocultural pois uma comunidade cujos membros não se sentem unidos em torno de um projecto comum, é uma colectividade que não é capaz nem de reter os recursos humanos, nem de resistir a pressões económicas e sociais vindas do exterior (Delnet, 2002).

Segundo Diniz e Gerry (2002) a teoria de desenvolvimento endógeno actua tipicamente mais no sentido de baixo para cima e dentro das suas principais políticas, há uma maior ênfase na exploração sustentável de recursos locais físicos, humanos, culturais e patrimoniais através de políticas mais adaptadas às condições e dotações locais, com maior autonomia exercida pelos agentes locais, bem como o fortalecimento das capacidades do poder local de agir pro-activamente.

Através da teoria do desenvolvimento endógeno, pretendemos olhar para o desenvolvimento rural como sendo um processo fundamentalmente endógeno e participativo. Neste contexto, interessou-nos a partir desta teoria, analisar de que forma são valorizados e explorados os recursos disponíveis a nível do distrito de Boane em prol do desenvolvimento e qual o nível de participação dos actores sociais no processo de desenvolvimento rural.

Para a nossa pesquisa a teoria do desenvolvimento endógeno revelou-se relevante na medida em que reflectiu sobre um dos aspectos essenciais para uma estratégia de desenvolvimento rural a valorização dos recursos locais disponíveis (humanos, naturais, económicos, financeiros, políticos, culturais e institucionais) no processo de desenvolvimento rural.

A teoria do desenvolvimento endógeno tem uma relação de complementaridade com o objecto do estudo desenvolvido nesta pesquisa, justamente por considerar a Sociedade Civil como protagonista na definição e execução do futuro da economia nas comunidades rurais.

Neste sentido, a teoria traz uma discussão efectiva, sobre participação e articulação das Organizações da Sociedade Civil na construção do desenvolvimento, sendo, portanto, um importante campo de objecto de estudo desta pesquisa.

Conforme se pode depreender, o desenvolvimento endógeno propõe uma abordagem direccionada às medidas que estimulam os processos de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, arrolando um conjunto de factores chaves que actuam de forma sinérgica.

Nesta perspectiva a União Nacional de Camponeses (UNAC) sendo entidade da Sociedade Civil em defesa do bem-estar social tem o papel de em coordenação com os produtores e líderes locais, apoiar os actores locais na identificação de uma actividade endógena, que possa gerar renda para o desenvolvimento das economias locais.

Neste contexto, a luz do tema, a presença de um colectivo de camponeses, lideranças locais, actores sociais públicos e privados, que se organiza envolvendo um mínimo de solidariedade, em uma estrutura competitiva e no esforço endógeno para melhorar as técnicas utilizadas nas actividades locais, pode de certa forma impulsionar o desenvolvimento local.

Portanto, a contribuição da União Nacional de Camponeses em Moçambique, (UNAC), com toda liderança para planeamento, organização e controlo é uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e consequentemente um mecanismo que pode melhorar as condições de vida dos camponeses e gerar maior eficácia para a sustentabilidade e desenvolvimento social.

## **1.2.Quadro Conceptual**

Como forma de permitir a compreensão do objecto de pesquisa, realçamos a abordagem dos conceitos relevantes que foram usados com destaque para os seguintes: Desenvolvimento Rural Endógeno, Associativismo, Cooperativas, Participação, e Sociedade Civil.

### **1.2.1.Desenvolvimento Rural Endógeno**

O conceito de Desenvolvimento Rural Endógeno é muito vasto e para melhor entendimento, há necessidade de se recorrer a outros conceitos que o constituem como Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Endógeno de modo facultar a explicação e compreensão da subjectividade assente neste conceito.

Nos últimos cinquenta anos, o termo desenvolvimento alcançou no campo dos estudos sociais, políticos e económicos uma singularidade histórica, sendo intensamente discutido no espaço académico. Partindo das formulações de Oakley & Garforth (1985), observa-se que o desenvolvimento está associado a três dimensões nomeadamente: económica, social e humana. Portanto, quando se fala em desenvolvimento, não se fala apenas de desenvolvimento económico, mas em um equilíbrio entre o económico, o humano e o social.

Calcagno (1990: 45) entende por desenvolvimento:

*“Os processos de crescimento e de troca relacionados sistematicamente entre si e que expressam uma aspiração por uma sociedade melhor. São incorporados a este conceito, elementos de poder político, económico, social, tecnológico, sectorial e regional, que configuram o tipo de sociedade a qual se quer chegar”* (Calcagno, 1990: 45).

Actualmente entende-se que os factores determinantes do desenvolvimento têm carácter multidimensional, onde cada dimensão tem uma certa autonomia, porém, com efeito de elevar outras dimensões. Assim, tem-se o desenvolvimento: económico, social, cultural, ambiental, físico territorial, político institucional, científico-tecnológico.

Desenvolvimento é a expansão de oportunidades e aumento das capacidades humanas necessárias para a exploração destas oportunidades (Doner, 1972). Na perspectiva de Beltrão (1972) define o desenvolvimento como sendo:

*“Um processo inédito e irreversível de mudanças sociais, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento económico cumulativo e diferenciado... Um processo cumulativo, subjacente a acção de todos factores, económicos ou não económicos”* (Beltrão, 1972:119-127).

Na concepção de Maússe (2009: 66-67), o desenvolvimento é definido como sendo um processo de mudança social na medida em que se observam no seu decorrer, transformações inéditas e irreversíveis em todos os demais elementos do contexto social e instaura-se numa região.

Para a nossa pesquisa, o conceito de Beltrão é o mais relevante porque considera o desenvolvimento como um processo de mudança social, o que constitui uma mais-valia pelo facto de nos permitir a compreensão das diferenças entre regiões desenvolvidas e

subdesenvolvidas e que mecanismos podem ser usados para tirar os distritos do subdesenvolvimento no qual se encontram mergulhados.

Na concepção de Friedland (2000), os sociólogos rurais despendem muito tempo explorando as diferenças existentes entre a sociedade “urbana” e a “rural”. Enquanto grande parte da abordagem conceitual procurou encontrar diferenças nas variáveis sócio demográficas, comportamentais e culturais, e houve a importante descoberta de que rural e urbano eram menos polaridades ou elementos de uma dicotomia que estágios ao longo de um contínuo.

Segundo Buttel & Newby (1980) a maior parte dos sociólogos rurais americanos não acreditavam que o termo “rural” não configurava um objecto científico, pois se limitava a uma categoria empírica, uma expressão geográfica vazia de conteúdo conceitual. (Buttel & Newby, 1980: 4).

Como explica Baptista (2001), a sociologia rural distinguia rural e urbano, estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar com base em algumas variáveis (ocupacionais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos (Baptista, 2001: 55).

Bealer et al (1965), por exemplo, sugeriram três conjuntos de variáveis para definir o rural: ecológicas, ocupacionais e culturais, respectivamente equivalentes à densidade populacional, agricultura, valores e normas. Os autores examinaram cada variável e sugeriram que cada qual comportava suas próprias ambiguidades e problemas conceituais.

Terluin (2003), em um estudo sobre o desenvolvimento económico e área rural, adopta a seguinte definição de rural:

*“Uma unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional compreendendo actividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa”* (Terluin, 2003: 328).

Nesses termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos actores sociais, conter ícones da modernidade e ser

expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos (De Paula, 1999).

O rural é tido como uma categoria genérica, universal e destituída de um conteúdo relacional, ainda que historicamente contextualizada. É possível dizer que essa caracterização toma como base a imagem do chamado “rural profundo”, ou seja, do rural intocado, “autêntico” que em última instância, o ponto de clivagem entre o rural e o urbano, nessa é sustentado, portanto, pela visão que identifica o rural ao agrícola.

Se, então, rejeitamos as dicotomias que terminam por definir um lado em função da negação do outro, ou seja, que levam a olhar um polo (o campo) através dos olhos do outro (a cidade), acabamos por aceitar o fato de que esta dinâmica pode terminar reforçando, ou mesmo engendrando, identidades territoriais apoiadas no sentimento de pertencer a uma localidade. Como defende Carneiro (2000), diferentes culturas locais elaboram, de uma maneira bem própria, a interação entre as representações do “rural” e do “urbano”. Nessa linha argumentativa, as categorias rural e urbano não designariam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais (Carneiro, 2000: 82).

Eis a pertinência do estudo do rural na nossa pesquisa, assente no facto de se considerar o rural como uma categoria que através do seu estudo, podemos sensibilizar para o fim da dicotomia rural/urbano e estimular o desenvolvimento rural visto que o rural, nada mais é do que uma representação social.

A abordagem de desenvolvimento rural em Moçambique concebe o desenvolvimento rural como sendo um processo que articula os esforços nas esferas do crescimento económico, a equidade social, o uso racional de recursos naturais e governabilidade, com o objectivo de melhorar as condições de vida da população mediante uma transformação produtiva, sem arriscar a satisfação das necessidades fundamentais das gerações futuras.

O desenvolvimento rural pode ser enquadrado no desenvolvimento económico em geral, tendo em conta o desenvolvimento rural integrado e endógeno. Na concepção de Matos (1991), pensar em desenvolvimento rural endógeno implica dar prioridade ao potencial endógeno e o desenvolvimento rural integrado, significa tomar em consideração a participação dos nativos na fase da sua elaboração, razão pela qual, muitos projectos de desenvolvimento rural falham porque não tomam em consideração uma série de factores na fase de sua concepção e implementação.

Veiga (2002), por seu turno, considera o desenvolvimento rural como sendo a urbanização do meio rural, isto é, um processo que visa prolongar até a zona rural, os benefícios urbanos tais como: electricidade, transporte, água ou favorecer um maior acesso da população rural a bens e serviços sociais educação, saúde, atendimento bancário em geral concentrados numa sede municipal.

Calatrava (1995), propõe um modelo de desenvolvimento rural ao que atribui características de integral, endógeno e sustentável, razão pela qual, a noção de desenvolvimento rural é de extrema importância para a nossa pesquisa, visto que não se pode conceber o desenvolvimento rural se este não estiver baseado no fomento das actividades locais (agricultura, pecuária, pesca, comércio, turismo, etc.) e sua articulação com o sistema sociocultural local, como suporte para a manutenção dos recursos naturais.

Para efeitos da nossa pesquisa usaremos os conceitos de Rodrigues (2006) que define o desenvolvimento rural como expressão que faz referência a acções e iniciativas levadas a cabo para melhorar a qualidade de vida das comunidades não urbanas, que abarcam quase a metade da população Moçambicana assim como do MPD (2007) que olha para o desenvolvimento rural como sendo o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

Conceitua-se o desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento económico, porém acompanhado de mudança estrutural generalizada, sob a liderança da sociedade local, utilizando seu próprio potencial, de modo a conduzir à melhoria da qualidade de vida de toda a população, integrando o social ao económico, acrescentando-se as dimensões culturais e ambientais.

O desenvolvimento endógeno para Long e Ploeg (1994) é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo, etc.

Remmers (2000) entende por desenvolvimento endógeno:

*“Processo social em que as pessoas progressivamente percebem que tem um maior controlo sobre a direcção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro de um contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade de seu lugar de vida, tanto na sua vertente de recursos naturais e*

*humanos como na vertente de controlo do processo de desenvolvimento”.*  
(Remmers, 1998:11).

Guzmán (2000), no que diz respeito ao enfoque de desenvolvimento endógeno argumenta que:

*“O endógeno não pode ser visualizado como algo estático e que refaz o externo. o externo se incorpora ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a auto-definição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que se produz tal assimilação”.* (Guzmán, 2000:41).

De acordo com Picchi (1994) o desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local produzido principalmente por impulsos locais e fundado em grande parte sobre recursos locais.

Barquero (1998), ao dar relevância a sociedade civil no processo de organização social, defende:

*“ O desenvolvimento endógeno é um paradigma que parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais e tomando como meta derradeira a melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios”* (Barquero, 1998: 55).

Na concepção de Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno predominante a partir da década de 1990 pode ser definido como:

*(...) Um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção de excedente económico gerado na economia local e/ou a atracção de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido* (Amaral Filho, 1996:37).

No entanto, usaremos conceito de Barquero (1998) cuja relevância para efeitos da nossa pesquisa assenta no facto de considerar que o desenvolvimento no distrito de Boane pode

crescer e transformar-se utilizando o potencial existente localmente, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controlo das comunidades locais, e tomando como meta a melhoria do nível de vida da população local, visto que é um desenvolvimento feito com recursos endógenos, isto é, recursos oriundos da própria região.

Deste modo, depois de ter clarificado estes conceitos, podemos avançar o conceito chave da nossa pesquisa, o de Desenvolvimento Rural Endógeno.

Segundo Kageyama (2004: 10) o enfoque proposto para estimular o potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais consiste em adoptar medidas que levem em conta as características específicas de cada tipo de zona, mas em primeiro plano, e em comum para todas as zonas, essas medidas devem visar à melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento. Esse enfoque:

*(...) Tem por objecto a redefinição do espaço de sustentação económica das zonas rurais por meio de estruturas apropriadas e de redes de relações tanto no interior como no exterior de cada zona. Trata-se de um meio de reforçar a 'identidade' da esfera local e de relegar actores e actividades de maneira a formar circuitos que permitam melhorar as relações com o exterior da região e de tecer novas relações. (OCDE, 1995: 97).*

Desenvolvimento endógeno pode ser definido como a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local (Iviga, 2000:19).

Na concepção de Diniz e Gerry (2002), desenvolvimento endógeno refere-se:

*Ao aumento da capacidade da economia rural de enfrentar os desafios do seu ambiente externo através de uma maior afirmação regional e um aproveitamento de um leque mais diversificado de recursos e produtos regionais, tendendo a consolidar ou mesmo reforçar as assimetrias socioeconómicas intra-regionais, bem como a estrutura/distribuição de poder político/decisório e o recurso a construção de competitividade regional na base de relações e práticas clientelares". (Diniz e Gerry;2002:104).*

Schneider (2006) desenvolve um argumento que relaciona a agricultura familiar com o desenvolvimento endógeno. É neste cenário que surge a agricultura familiar, que ao ampliar a interação mercantil com o ambiente social e económico amplia também suas relações de dependência, o que resulta em um processo de reprodução social significativamente distinto daquele vivido pelos colonos, porque se torna mais dependente e subordinado.

Este processo de transformação económico e produtivo e a metamorfose social que lhe corresponde, que faz a emergir a agricultura familiar como uma categoria social, constitui-se no que será denominado desenvolvimento rural endógeno (Schneider, 2006: 9).

Stohr (1981) defende que se trata simultaneamente de uma nova estratégia e de uma nova ideologia do desenvolvimento. Ela define-a como um processo integral de expansão de oportunidades para os indivíduos, grupos sociais e comunidades organizadas territorialmente, às escalas pequena e intermédia, através da mobilização integral das suas capacidades e recursos para benefício comum em termos sociais, económicos e políticos. Trata-se de um desenvolvimento endógeno determinado ao nível da menor escala territorial possível e a partir da identidade territorial das populações.

A proposta de um desenvolvimento rural endógeno vem ao encontro do pressuposto de que é ao nível local que o desenvolvimento se torna real. Às comunidades rurais, como formas de organização humana à menor escala territorial, é reconhecido um papel chave na mobilização integral de recursos disponíveis a partir de formas de motivação endógena e no controlo dos efeitos de retroacção entre o crescimento económico e as dimensões ambientais, sociocultural e político constitucional do processo de desenvolvimento (Stohr, 1981).

Segundo Lopes (1987) o desenvolvimento só faz sentido em função das pessoas e em função de onde elas vivem. Este desenvolvimento também só faz sentido se valorizar os recursos endógenos, incluindo nestes os patrimónios natural e histórico e os recursos humanos, com as suas capacidades de iniciativa, culturas específicas, saber fazer de cada um e das comunidades e se mantiverem os equilíbrios ambientais.

Portanto o desenvolvimento rural endógeno não pode significar desenvolvimento puramente auto centrado. Significa valorização óptima das potencialidades de uma dada região: espaço natural e beleza da paisagem, produtos agrícolas e florestais específicos, de qualidade, especialidades gastronómicas, tradições culturais e artesanais, património arquitectural e artístico, ideias inovadoras, disponibilidades de mão-de-obra, indústria e serviços já existentes e isso mobilizando os recursos financeiros e humanos disponíveis na região e

canalizando do exterior os meios que faltam sob a forma de capitais ou de serviços de animação e de estudo (OCDE, 1995: 49-50).

Na concepção de Silva (1983) a participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento rural endógeno encontra a sua legitimação, na resposta à mobilização integral de recursos locais para a satisfação prioritária das necessidades básicas das populações locais, na integração dos fenómenos globais de “mudança” inerentes ao processo de desenvolvimento no contexto dos valores culturais locais, e no aumento da capacidade de autonomia das comunidades territoriais de pequena escala. (Silva, 1993: 98).

No pensamento de Amaral Filho (1996) há quem defende um conceito político-social e processual do desenvolvimento rural endógeno, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder, salientando a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local nas tentativas de aumentar o nível e qualidade de vida e de reduzir assimetrias socioeconómicas, de construir maior sustentabilidade económica e ambiental e de minar a dependência através de uma ampliação do leque de escolhas e oportunidades.

Long e Ploeg (1994) fundamentam que o modelo endógeno de desenvolvimento rural é baseado principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis. O desenvolvimento rural endógeno “pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos”.

Entretanto, nesta pesquisa identificamo-nos com o conceito de OCDE (2004: 10) visto que este dá supremacia a valorização óptima das potencialidades de uma dada região onde geralmente permite maximizar a utilização de fornecedores de materiais e serviços locais e as empresas são mais comumente pequenas e micros, fortes geradores de empregos em relação ao capital investido quando comparado com as empresas de maior porte e desenvolvem-se de forma coerente com a cultura empresarial local e com o perfil dos recursos humanos locais, daí a pertinência do conceito para a nossa pesquisa porque o potencial endógeno está associado ao conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais e culturais) que podem ser potencializados para promover o desenvolvimento rural.

### **1.2.2. Associativismo**

O associativismo é entendido por Siteo como:

*“Estratégia que visa a melhoria das condições de vida dos seus membros (...) nos seus processos de desenvolvimento os intervenientes tem acesso a*

*diferentes serviços que são providenciados pela associação, entretanto, o objectivo consiste em adoptar os seus filiados de ferramentas que lhes ajude a melhorar o seu nível de vida”. (Sitoi; 2013).*

Associações agrícolas “são grupos de seres humanos que de uma maneira orgânica, entram em relação a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns (lucrativos ou não) e que participam numa ou noutra função da vida social” (Campos,1999: 27)

Na nossa abordagem o conceito de campos (1999:27), afigura-se importante isto por considerar que associação agrícola é um grupo social, cujo os seus membros são profissionais da agricultura com objectivo de representação, defesa e promoção dos interesses sócio agrários, produção, transporte, transformação e comercialização dos produtos agrários”.

### **1.2.3.Cooperativa**

A cooperativa é definida pela Aliança Cooperativa Internacional como:

*“...uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais em comum, através de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática” (Romão 2011: 13).*

Interpretando o pensamento de Mutema no concernente ao conceito de cooperativa subentende-se que o mesmo considera cooperativa como uma organização de pessoas economicamente dependentes, ela não é necessariamente organizada por essas mesmas pessoas mas, sim, por aqueles que são economicamente mais fortes com o propósito de moderar as contradições sociais.

Segundo o texto da 90ª Conferência da OIT, uma sociedade cooperativa é uma associação de pessoas que voluntariamente se juntaram a fim de alcançar um objectivo comum, pela constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota-parte equitativa do capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos frutos dessa empresa, no funcionamento da qual os membros participam activamente (OIT, citada por Romão, 2011: 13).

O Governo de Moçambique define cooperativa como:

*“Pessoas colectivas autónomas de livre constituição, de capital e composição variáveis e de controlo democrático, em que os seus membros obrigam-se a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma actividade económica de*

*proveito comum, através de acções mútuas e mediante partilha de risco, com vista à satisfação das suas necessidades e aspirações económicas e um retorno patrimonial predominantemente realizado na proporção das suas operações”* (Assembleia da República, 2009: 18).

Toda via no presente estudo a definição do conceito de cooperativa defendido pelo Governo de Moçambique afigura-se importante na medida em que as cooperativas são democráticas e igualitárias, seus dirigentes são eleitos pelos membros, as directrizes são discutidas e aprovadas em assembleia-geral, participação na actividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um.

#### **1.2.4.Participação**

Da extensa bibliografia consultada sobre participação ficou evidente que não só existem variantes atendendo ao âmbito, contexto económico e conjuntura social como também o conceito foi sofrendo mutações ao longo dos últimos 40 anos. Das variantes importa destacar a interpretação do conceito na relação com o contexto em que se aplica.

O conceito de participação foi-se afirmando e evoluindo, conduzindo a novas vertentes a reclamar o seu lugar: participação cultural, participação ambiental, participação política, participação cívica ou para uma cidadania activa, participação doméstica.

Para Demo (1993), participação é numa conquista pessoal, um caminho a percorrer individualmente, exercendo de uma forma cada vez mais activa e consciente a sua cidadania. Por outro lado, e de acordo com Martins (2002), a participação resulta de um processo de construção social, sujeito a factores ou condicionantes históricos e culturais.

Ao acto de participar está associada a existência de controlo e influência e, por isso, intimamente ligado a um processo de capacitação do indivíduo nas diversas áreas da sua vida social, política, económica e pessoal. Havendo uma participação capacitada, consciente e activa direccionada para o bem-estar, poder-se-ia almejar a diminuição das disparidades sociais existentes. (Valadas, 2011:38).

Henriques afirma que a participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento consiste:

*“Numa articulação entre o envolvimento concreto da população de uma unidade territorial de desenvolvimento”, “comunidade ecológica” ou “comunidade local” em “comunidades de interesses” no âmbito do “sector autónomo”, que, em articulação ou não com autarquias territoriais,*

*contribuam para a animação da população para a defesa dos seus interesses, para a resolução dos seus problemas ou para a diminuição da insatisfação evitável das suas necessidades básicas” (Henriques, 1990: 82).*

Neste sentido conjugaram-se os seguintes autores que se complementam: (Demo, 1993), (Martins, 2002), (Henriques, 1990), (Valadas, 2011). Assim a participação mais que um conceito é um processo de construção pessoal e social condicionado por factores internos e externos e dependente do grau de força e qualidade das relações sociais entre os diversos parceiros.

### **1.2.5.Sociedade Civil**

Segundo Heinrich, citado por Francisco (2008), Sociedade Civil é percebida como a arena fora da família, do Estado, e do mercado, onde as pessoas se associam para desenvolver interesses comuns.

No sentido corrente Sociedade Civil refere-se a organizações e redes não estatais que podem, idealmente, servir para controlar o poder de uma elite estatal e fornecer o cimento que aglutina a esfera pública. Grupos de interesse económico, grupos profissionais, meios de comunicação independentes, organizações comunitárias locais, associações culturais e religiosas, previdência, direitos humanos, e outras organizações não-governamentais, podem interligar-se num complexo padrão que assume muitos encargos do Estado, e promove a coexistência cívica, contribuindo para a resolução pacífica das diferenças. William Minter (1998:326),

Todavia, Bobbio encara a sociedade civil como esfera de relações entre indivíduos, entre classes sociais que se desenvolvem a margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. É representada como terreno de conflitos económicos, ideológicos, religiosos, sociais, etc., que o estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os. (Bobbio, 1995).

Com base nesses conflitos partem as solicitações as quais o sistema político está chamado a responder como é o caso das várias formas de mobilização, de associação e organização das forças sociais, que incitam a conquista do poder político.

Dentre os vários conceitos avançados sobre sociedade civil, o estudo toma como base, o conceito de Heinrich, citado por Francisco (2008), por ser do ponto de vista de formulação, o mais representativo ritual assombroso.

## **CAPITULO II. REVISÃO DE LITERATURA**

Feita a abordagem teórica do tema, faz-se a seguir neste capítulo uma análise sobre o papel da Sociedade Civil em Moçambique antes e após a independência nacional. Com base na literatura apresentada pode-se afirmar que a Sociedade Civil, existiu sempre, antes e depois da independência e qualitativamente terá evoluído nos dias actuais.

### **Sociedade Civil em Moçambique**

#### **2.1. Sociedade Civil Antes da Independência**

Antes da independência, constata-se que nas zonas rurais as comunidades sempre se organizaram em torno da sociedade tradicional e grupos, e resolviam assuntos de interesse colectivo: no norte de Moçambique, por exemplo, há registos de grupos de caçadores, pescadores, construtores de casas, e de camponeses com escalas determinadas para trabalhar, alternadamente, na lavoura ou colheita em machambas dum e doutro. (Homerin 2005:24).

Pode-se pensar que foi com base no reconhecimento da efectiva existência e utilidade da Sociedade Civil tradicional que, como estratégia para legitimar a sua autoridade sobre as populações, o Estado Colonial criou os regulados e regedorias que mobilizavam as populações para os propósitos do Governo da época.

#### **2.2. Sociedade Civil Após a Independência**

Após a independência, apesar da tentativa de destruição da sociedade e cultura tradicional africanas e das igrejas, elas, de forma discreta, resistiram. Paralelamente, induzidas e promovidas pela administração pós-independência, foram criadas organizações como a da mulher moçambicana, da juventude moçambicana, dos trabalhadores moçambicanos, etc.

Até ao início dos anos 90, o contexto histórico de Moçambique não favoreceu o aparecimento de uma cultura de expressão dos actores não estatais. Depois da independência, os moçambicanos conheceram grandes mudanças políticas. Estas mudanças levam, há mais de uma dezena de anos, ao surgimento de novas regras organizativas que induzem uma forma de relação participativa entre o Estado e o Cidadão. Parece que a consolidação desta dinâmica está hoje condicionada à capacidade de apropriação deste processo pelo conjunto dos actores da sociedade moçambicana. (Homerin 2005:24).

O papel participativo da Sociedade Civil, na qualidade de interlocutor na definição e implementação das políticas socioeconómicas do país, permanece ainda um conceito relativamente novo. Os actores do meio associativo são ainda muitas vezes movidos pela única vontade de ajudar as comunidades mais desfavorecidas. Se essa intenção é compreensível face à situação do país, ela não é suficiente para instaurar um verdadeiro diálogo com as autoridades, legitimamente encarregues das problemáticas a tratar. Ela revela talvez, por outro lado, a dificuldade que têm as associações moçambicanas em possuir pessoal suficientemente formado, capaz de oferecer uma visão estratégica aos seus interlocutores e parceiros potenciais.

Resulta que o principal factor que determina os comportamentos da sociedade moçambicana é a extrema pobreza. Em termos quantitativos a maior parte da população está preocupada pela sua sobrevivência diária. Num país onde cerca de 28 milhões de habitantes, 9 não têm acesso a água corrente e onde 15% da população está infectada pelo Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), as preocupações a médio e longo prazo são dificilmente previsíveis (INE, 2017)<sup>2</sup>.

A pobreza trava o desenvolvimento da Sociedade Civil não apenas no que afecta a vontade, mas sobretudo a disponibilidade dos cidadãos em participar nas actividades de interesse geral. Da mesma forma, ela é um obstáculo à capacidade de autogestão das Organizações da Sociedade Civil que estão, em consequência, muito dependentes dos doadores (e das suas orientações).

Durante a guerra civil dos 16 anos, para alívio das pessoas afectadas e deslocadas de guerra, assistiu-se importante papel a ser desempenhado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais. Mas as suas actividades eram autorizadas de forma precária, sem nenhuma legislação abrangente, caso a caso, para projectos específicos.

O marco mais importante do surgimento das Organizações da Sociedade Civil, foi a Constituição de 1990 e subsequente Lei nº 8/91, dois instrumentos legais que permitiram, pela primeira vez na história de Moçambique aos cidadãos, querendo, organizar-se em associações prosseguindo objectivos comuns lícitos. Até 1990, em Moçambique, não havia liberdade de pensamento, de associação e de reunião, apesar de ser independente a 15 anos.

Segundo Homerin (2005:26), “após o abandono do regime Socialista, Moçambique proclamou na sua Constituição de 1990, o respeito de algumas liberdades fundamentais: (i)

---

<sup>2</sup> A divulgação oficial do Censo sobre a População teve lugar no dia 29 de Abril de 2019, na Cidade de Maputo (Televisão de Moçambique, 2019).

liberdade de expressão (art. 74<sup>3</sup>); (ii) liberdade de associação (art. 76<sup>4</sup>); (iii) liberdade sindical (art. 90<sup>5</sup>)”.

Contudo, a lei nº 8/91 sobre a liberdade de associação continua a ser actualmente a única base legal que permite a formalização de todas as formas de organização não estatal (excepto as fundações). Esse texto uniforme não distingue entre ONGs, organizações comunitárias de base, sindicatos, congregações religiosas ou associações que desenvolvem projectos de carácter económico.

A formalização de uma associação não é um processo complicado mas lento, dado que é demasiado burocrático e os arquivos não estão devidamente informatizados. É o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR) que está encarregue de autorizar as associações.

Neste contexto, pode-se afirmar que a Sociedade Civil em Moçambique está pouco estruturada. Ainda que tenham sido feitos grandes progressos desde 1990 até hoje, os operadores civis ainda não formam um tecido consolidado. Muitas das instituições criam-se movidas pela vontade de agir, e não baseadas numa verdadeira capacidade funcional.

### **2.3 Tipificação e Razões da Proeminência da Sociedade Civil**

Actualmente, a legislação moçambicana é aberta e os cidadãos podem, querendo, associar-se para constituírem uma Organização da Sociedade Civil, desde que os objectivos que enunciem sejam lícitos e possíveis. Em termos de tipos, encontram-se predominantes, os seguintes:

- De carácter cultural, religioso e de regiões;
- Sócio-recreativas;
- De interesses particulares;
- De provisão de serviços, de advocacia e movimentos sociais.

Mas a actual importância e proeminência da Sociedade Civil em Moçambique parece mais ter haver, entre outros, com os seguintes factos:

- Da necessidade de proteger direitos e liberdades, e satisfazer necessidades básicas dos cidadãos, não satisfeitas devido as fragilidades do Estado e dos mercados;

---

<sup>3</sup> Artigo 48 na nova Constituição de 2004.

<sup>4</sup> Artigo 52 na nova Constituição de 2004.

<sup>5</sup> Artigo 86 na nova Constituição de 2004.

- O contágio do movimento global para governação democrática que mobiliza os cidadãos moçambicanos a assumir a necessidade de cada vez mais participarem nos processos de desenvolvimento do seu país;
- O domínio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o cada vez maior contacto com o mundo exterior abre-se aos moçambicanos, novos horizontes e experiências antes não conhecidos e sua réplica no país. Cita-se o caso das organizações mencionadas na parte introdutória e demais associações de defesa do consumidor, do fórum económico-social, este último que faz ressonância no país os ecos das ONGs internacionais contra a globalização.

Quanto a relação pode-se notar nas Organizações da Sociedade Civil moçambicanas os seguintes traços: (i) de elite, com tendência a influenciar políticas e opinião pública; (ii) de grupos de comunidades locais que procuram proteger/produzir recursos para a sua subsistência: camponeses, pequenos produtores, etc; (iii) Sociais, baseados em formas de acção colectiva, tais como os sindicatos, associação dos transportes, etc. O traço que se adequa ao presente estudo é o de grupos de comunidades locais que procuram proteger/produzir recursos para a sua subsistência: camponeses, pequenos produtores, etc.

#### **2.4 Configuração da Sociedade Civil**

Sobre o território nacional funcionam vários tipos de actores não estatais: Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais, ONGs locais, associações de base, organizações sindicais, empresas privadas, congregações religiosas e movimentos informais. Mas a questão da representatividade dos actores que desempenham efectivamente um papel de parceria na cena política e social, coloca-se actualmente com acuidade, na medida em que Moçambique encontra-se na fase de enraizamento da democracia.

Segundo Homerin (2005), são vários factores podem ser levados em consideração. Antes de mais as dimensões do país, com um extensão territorial de 2.400 km mas cuja capital se encontra completamente descentrada e próxima da África do Sul, que exerce uma forte influência económica e social. Pode-se duvidar da capacidade das associações encontradas em Maputo em representar as comunidades rurais, ou seja a imensa maioria da população, bastante heterogénea a julgar pelo número de etnias e de línguas diferentes. (Homerin, 2005:51),

É possível notar que o epicentro do movimento associativo está na capital e estende-se progressivamente sobre o resto do território. Muitas Organizações da Sociedade Civil são criadas e consolidadas em Maputo, abrindo em seguida delegações noutras províncias. A construção das Organizações da Sociedade Civil segue em Moçambique um esquema

invertido relativamente ao que se observa tradicionalmente, partindo da base para em seguida se federar.

Moçambique parece ter atravessado por um duplo movimento de estruturação social segundo Homerin, (2005) qual resume-se no seguinte:

- Tanto no meio urbano como em zonas rurais, as populações conseguiram implantar estruturas de organização social informais (com tendência a formalizarem-se no quadro de um lento processo de maturação). Essas associações de base ou comunitárias representam, uma vez mobilizadas, um formidável potencial de acção.
- Por outro lado, nas capitais provinciais e sobretudo em Maputo, assiste-se ao surgimento de Organizações da Sociedade Civil nascidas não a partir de uma prática social no terreno mas no quadro de uma reflexão sobre a utilidade da sua existência, como um corpo intermediário entre a base e os potenciais doadores de Ajuda ao Desenvolvimento.

A legitimidade das Organizações da Sociedade Civil provém desde então da sua capacidade em criar esquemas de intervenção capazes de produzir um duplo efeito: na base, junto das populações vivendo na miséria no âmbito de projectos a favor da luta contra a pobreza; no topo, junto dos responsáveis institucionais e políticos nacionais, no âmbito da implementação de um diálogo social apoiado pela comunidade internacional.

## **2.5 Importância das Organizações da Sociedade Civil**

A importância das Organizações da Sociedade Civil depende de cada tipo de organização e fundamentalmente do carácter e conteúdo de sua intervenção e utilidade social. Grosso modo, pode dizer-se que a maior parte delas são representativas ou seja advogam pelo interesse colectivo, dos seus membros e da sociedade no geral. Elas nascem espontaneamente e dentro da necessidade de resolver carências específicas sentidas por um grupo de cidadãos, uma comunidade ou região. Estas organizações são geralmente pequenas e empregam, muitas vezes, mão-de-obra intensiva e são carentes em recursos, em termos de informação, tecnologia, dinheiro, e gestão. Com algum apoio elas são susceptíveis de se consolidar e crescer organicamente.

Por outro lado, pode-se encontrar as “induzidas”, ou seja as criadas com apoio do poder ou de pessoas com ligação com o poder político no país, bem como pelas organizações e ambientes globais. Estas nascem com pompa e circunstância, aparecem nos *headlines* dos ecrãs de Televisões e de Jornais, e facilmente conseguem apoios de doadores, movimentando elevadas

somas de dinheiros com que estabelecem grandes escritórios mobilados com equipamento ultra-moderno.

De acordo com Oliveira (2013), as Organizações da Sociedade Civil são entendidas internacionalmente como actores de pleno direito na Cooperação para o Desenvolvimento, sendo reconhecido o seu papel não só como executoras de projectos, mas também como parceiros estratégicos na concepção, implementação e avaliação dos programas de Cooperação para o Desenvolvimento, e na definição de políticas públicas com impacto na área do Desenvolvimento.” (Oliveira, 2013;9).

Na mesma linha de consideração, Tenório (2006) afirma que as organizações da Sociedade Civil assumem, actualmente, um importante papel de “parceiros para o desenvolvimento” e de “agentes catalisadores”, ao cooperarem com essas comunidades no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação cívica e económica, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso a recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.” (Tenório, 2006; 11).

Portanto estas organizações baseiam-se mais nas zonas urbanas e raramente se fazem sentir nas zonas rurais, onde reside a maior parte da população que muitas vezes aparecem a dizer-se representar e defender. Estas são organizações que publicamente advogam pelos mais pobres mas que na prática vão resolvendo mais os seus próprios problemas, empregando familiares e amigos da sua liderança e atribuindo-se-lhes salários invejáveis comparativamente até aos pagos por algumas grandes empresas privadas locais.

Um aspecto característico das Organizações da Sociedade Civil “induzidas”, é que raramente são geridas de forma profissional, estão sempre dependentes de doadores e uma vez esgotados os fundos de ajuda, se não se lhes dá mais dinheiro, desaparecem do mercado sem deixar rastros.

## **2.6. Constrangimentos das Organizações da Sociedade Civil moçambicanas**

Dos constrangimentos que as Organizações da Sociedade Civil moçambicanas enfrentam nos dias actuais destacam-se os seguintes:

- Falta de recursos: financeiros, tecnológicos, e pessoal qualificado (*know-how*). A mesma crise que afecta o sector público de falta de transparência e fraca prestação de contas em relação as suas constituências. As Organizações da Sociedade Civil tendem

mais, também, a prestar contas aos seus doadores e menos aos grupos que advogam defender;

- Um ambiente altamente politizado que “obriga” ao comportamento “correcto” para quem queira levar a cabo qualquer iniciativa social, mesmo tratando-se de carácter privado, o que inibe e frustra a espontaneidade, o livre arbítrio e o espírito de empreendedorismo dos cidadãos na busca de soluções alternativas e sustentáveis de desenvolvimento.

## **2.7. Desafios da Sociedade Civil**

Tendo em conta as fragilidades internas do país para o exercício da monitoria e controlo do poder, e a contínua necessidade de satisfazer graves carências que os cidadãos experimentam, principalmente nas zonas rurais, o grande desafio que se coloca às Organizações da Sociedade Civil moçambicana nesta fase histórica, é o seu fortalecimento, para que ela tenha capacidade adequada de intervenção, o que passa necessariamente na:

- Capacitação institucional, com destaque para as pequenas organizações comunitárias locais nas zonas rurais;
- Formação de seus recursos humanos e sua afectação a tempo inteiro, o que pressupõe, necessariamente, a oferta de salários razoáveis e outros incentivos para poder mantê-los;
- Criação de mecanismos alternativos para sua sustentabilidade, a longo prazo;
- Construção de credibilidade, através de maior independência, transparência e profissionalismo na sua gestão.

## **2.8. Representatividade da Sociedade Civil**

A questão da representatividade diz respeito à capacidade estrutural dos diferentes operadores em serem os interlocutores da Sociedade Civil moçambicana. Por um lado, existe uma importante maioria de Organizações da Sociedade Civil locais criadas por grupos de pessoas de boa vontade que procuram ajudar as comunidades mais desfavorecidas. Essas associações têm em comum uma grande fragilidade institucional.

Por outro lado, existem Organizações da Sociedade Civil muito estruturadas, à frente das quais encontram-se altas personalidades da sociedade moçambicana. Trata-se de uma rede restrita de individualidades conhecidas e influentes que circulam entre o movimento associativo e o aparelho de Estado, e que na verdade acumulam as duas funções.

Observa-se, à medida das oportunidades, um certo mecanismo de rotação dessas personalidades de uma organização para outra e a sua participação cumulativa em várias delas. É uma particularidade da Sociedade Civil moçambicana englobar actores mais ou menos directos da função pública, e pode-se colocar a questão da sua latitude de acção e de independência ideológica.

Contudo, parece que essa situação não impede a formação, a expressão e a multiplicação de outras vozes no seio do tecido social. Ainda que tenham sido alcançados grandes progressos nos últimos anos, o país encontrasse ainda numa situação de carência socioeconómica e são muitas as preocupações comuns aos diferentes actores da Sociedade Civil ou comuns a esta e ao Estado, tais como luta contra a pobreza, HIV/SIDA, entre outros.

## **2.9. Mecanismos de Participação das Organizações da Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Rural**

Os mecanismos de participação das Organizações da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento rural em Moçambique são ainda fracos. Acontece muitas vezes que o que é apresentado como um método de participação seja apenas uma simples comunicação de políticas já definidas unilateralmente pelo Governo. Na elaboração de uma política, parece ser difícil encontrar, fora das negociações sindicais, exemplos de negociação contínua.

Em termos gerais é preciso salientar que não existe politização da Sociedade Civil moçambicana. Os movimentos potencialmente mais contestatários como a UNAC não exibem tendências partidárias claras como noutras sociedades, especialmente na América Latina, conforme cita Pequeno (2006), em que os pequenos agricultores são uma massa muito politizada, à imagem do “Movimento dos Sem Terra no Brasil”. Isto explica-se talvez pela configuração política moçambicana, em que um só partido goza de uma real capacidade de expressão, e onde a oposição é feita apenas por intermédio de um único partido representativo.

*“A falta de recursos humanos e financeiros é um factor de exclusão das organizações que não conseguem ter acesso àqueles recursos, e é um círculo vicioso precisar de recursos para ter acesso a recursos, já que só um projecto bem elaborado chamará a atenção dos parceiros de desenvolvimento” (Cambrão, s/d:141).*

Porém, a exclusão deve ser analisada não só do ponto de vista da falta de recursos, mas também do ponto de vista da sofisticação e do carácter técnico dos fóruns de discussão de políticas. Segundo Cambrão (s/d), o isolamento geográfico da própria Sociedade Civil é outro

factor de exclusão, porque os espaços para a discussão de políticas tendem a ser estabelecidos nas grandes cidades. Mesmo dentro das cidades nota-se alguma exclusão, pois os espaços criados encontram-se na maior parte dos casos em grandes centros de conferências e hotéis, ignorando a periferia. Enfim, um país periférico também cria (outra) periferia dentro de si.

## **2.10 Processo de Regularização de uma Organização da Sociedade Civil**

O processo de regularização de uma Organização da Sociedade Civil envolve os seguintes passos: (i) 10 membros fundadores no mínimo; (ii) Cópia dos seus documentos de identidade e do registo criminal; (iii) Um exemplar dos estatutos; (iv) Autenticação dos referidos documentos e reconhecimento das assinaturas em Notário; (v) Pedido de expedição de um certificado negativo pelo Ministério da Justiça indicando que o nome escolhido para a associação ainda não está utilizado; (vi) Apresentação dos documentos e do certificado negativo para autorização do Ministro.

A entrega do dossier de pedido de autorização de constituição de uma associação é acompanhada por uma módica quantia em dinheiro comprovado através de um talão de depósito. Na ausência de legislação, um *dossier* pode ser tratado em algumas semanas ou meses pelo gabinete ministerial.

A publicação dos estatutos é a etapa mais onerosa. Estes devem ser entregues na Imprensa Nacional para certificação. É importante sublinhar que a publicação dos estatutos não é uma condição necessária para a regularização da organização. A assinatura do Ministro sobre o formulário de pedido de autorização de constituição é suficiente. Assim sendo, a publicação custa demasiado caro relativamente à facilidade de obtenção da autorização.

Isso explica porquê uma quantidade impressionante de organizações existem sem que figure em nenhum registo administrativo. Oficialmente existe um registo das associações consultável na Conservatória do Registo Comercial de cada província.

Ao contrário, muitas associações existem formalmente sem justificação de qualquer actividade. Não existe nenhum dispositivo de acompanhamento da evolução de uma associação (efectividade, mudança de estatutos, encerramento, etc.). Da mesma forma o número de pedidos de autorização de constituição de uma associação não é representativo do total de associações efectivamente operacionais.

Globalmente, os moçambicanos envolvidos no movimento associativo estão, antes de mais, ocupados na consolidação das estruturas organizativas nas quais participam. Por isso, os

esforços necessários com vista ao fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil como um todo, são relegados para segundo o plano.

## **CAPITULO III. METODOLOGIA DO TRABALHO**

Neste capítulo, demonstramos de que forma foi possível realizar o nosso trabalho no qual apresentamos os principais métodos e instrumentos de recolha de dado adoptados.

Tratando-se de um trabalho científico é recorrente o uso da pesquisa documental ou revisão bibliográfica que consiste numa recolha de informação de modo a perceber o estado do debate sobre a temática seleccionar o material disponível e analisar a pertinência do mesmo, compreendendo desta forma os autores as abordagens e sobre tudo as linhas de orientação da temática.

### **3.1. Limitação Geográfica e Divisão Administrativa do local da Pesquisa**

O Distrito de Boane localiza-se a sudeste da Província de Maputo, a 30 km da cidade de Maputo, entre as latitudes aproximadas de 25°48'30" e 26°16'0" Sul e, entre as longitudes 32°15'0" e 32°52'50" também aproximadas. Limita-se a Norte pelo Distrito de Moamba, a Sul pelo Distrito de Namaacha, a Este pela Cidade da Matola e Distrito de Matutuine, e a Oeste pelo Distrito de Namaacha (MAE, 2014; INE, 2012; MUBAI, 2014).

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) revelam que o Distrito de Boane possui uma superfície de 804 Km<sup>2</sup>) (Para MAE, 2014, a superfície é de 806 Km<sup>2</sup>) e até o ano 2012 possuía um total de 134 006 Habitantes, o equivalente a 9% da população da Província, cuja densidade populacional era de 166.6 hab/ Km<sup>2</sup>). A população é jovem (54.1%, entre os 15-64 anos de idade) e maioritariamente feminina (51.6%), com um índice de masculinidade de 93.7% e taxa bruta de fecundidade de 4.2. Os agregados são marcados por um traço sociológico alargado ou seja até 5 (cinco) membros.

Administrativamente, o Distrito está dividido em dois Postos: Boane Sede, onde reside a maior parte da população e que inclui, para além da vila sede, as localidades de Guegueue e Eduardo Mondlane e o Posto Administrativo (PA) da Matola Rio, com uma localidade com o mesmo nome (MAE, 2014).

### **3.2. Características Socioeconómicas**

Dada a importância que as infra-estruturas têm nos serviços agrários, sobretudo no âmbito da comunicação entre os extensionistas e os produtores bem como entre o Distrito de Boane e as Cidades da Matola e Maputo, julga-se importante destacar que o Distrito é atravessado pela Estrada Nacional n.º.2. Existem outras estradas, secundárias e terciárias, que garantem a

ligação entre a Sede e as localidades e povoações, em condições razoáveis e boas de manutenção, como refere MAE (2014).

Para além da rede rodoviária, o Distrito é também atravessado pelo ramal ferroviário de Salamanga, uma rede de telecomunicações fixa, uma delegação de Correios de Moçambique; é coberto por 3 (três) subestações de energia que assegura o abastecimento a Mozal e a cerca de 7000 (Sete Mil) consumidores domésticos e industriais. Nota-se ainda a deficiência no abastecimento de água potável devido a profundidade maior do lençol freático. Dai que muitas famílias percorrem longas distâncias para a obtenção do precioso líquido.

Em relação a economia, tem a dizer-se que a partir dos finais da década 90, o distrito de Boane registou grandes projectos de impacto nacional sendo referência de grande destaque, a construção da Indústria de Fundição de Alumínio MOZAL, pólo de atracção de outras empresas e indústrias nacionais e estrangeiras que têm afluído ao Parque Industrial de Beluluane. A sua proximidade de Maputo e países vizinhos (Swazilândia e África do Sul) contribui para uma actividade comercial bastante activa (MAE, 2014).

### **3.3.Método de Abordagem**

O presente estudo baseia-se essencialmente, numa abordagem de cariz qualitativo pois o que se pretende é uma análise que leve à compreensão dos fenómenos a partir da actividade local de modo a ter uma compreensão sobre a participação da sociedade civil no desenvolvimento rural endógeno é entrar no cerne da questão do desenvolvimento local do distrito de Boane.

A abordagem qualitativa responde as questões particulares e em ciências sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificada ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos aspirações crenças valores atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenómenos. Esta abordagem nos permitiu analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do processo de desenvolvimento rural (Lakatos, 2009).

### **3.4.Método de Procedimento**

Quanto ao método de procedimento, optamos pelo estudo de caso, visto que procura estudar um caso particular e não se pretende em função desta fazer generalizações, mas sim, pretendemos estudar o caso da participação da UNAC no desenvolvimento rural endógeno de forma específica.

Gil (2007) indica que este tipo de estudo permite evidenciar novas descobertas, observando determinadas questões envolvendo indivíduos através de uma pesquisa empírica que investiga alguns fenómenos contemporâneos dentro de situações reais.

### **3.5. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados**

No que se refere as técnicas de recolha de dado, optamos para esta pesquisa análise documental e observação participante.

Segundo Menezes e Silva (2000;10), a análise documental é uma técnica desenvolvida através de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza sejam eles: leis, regulamentos, decretos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, informações em destaque, diários, cartas pessoais e outros. Esta técnica permitiu a pesquisadora recorrer aos documentos para auxiliar o estudo mediante a análise e interpretação de dados da pesquisa.

A observação participante acontece quando o observador se encontra dentro do ambiente social e age como observador e como participante.

Segundo a afirmação de Cooper e Schindler (2003:308), nesta condição o observador participa da situação enquanto observa.

Esta técnica a pesquisadora observar a realidade objectiva junto dos entrevistados de forma a dar uma fundamentação teórica a pesquisa através dos meios anteriormente mencionados.

No que tange aos instrumentos de recolha de dados recorreremos a questionários e entrevistas.

A entrevista é uma das técnicas de colecta de dados mais utilizada no âmbito da pesquisa qualitativa. Ela é bastante adequada para a obtenção de informação acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam ou anseiam.

Sendo assim, a escolha de entrevistas semi-estruturadas, como técnica fundamental de produção de dados, tem a ver com o facto de se tratar de um meio que possibilita captar o saber, as percepções, as representações dos actores locais, um elemento indispensável para a compreensão social (De Sardan, 1995).

As entrevistas semi-estruturadas foram feitas a diversos grupos sociais tais como director do SDAE, extensionistas bem como representante da UNAC e membros das associações que operam no distrito de Boane e que estão devidamente escritos na UNAC.

Segundo Gil (idem) entrevista é uma técnica de colecta de dados, ela é importante na obtenção de informação acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem e fazem a cerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. A entrevista semi-estruturada permitiu que os nossos entrevistados se debruçassem sobre o assunto que se pretende abordar abertamente.

### 3.6.Universo e Amostra

De acordo com o levantamento dos Serviços Distritais de Agricultura e Segurança Alimentar do distrito de Boane existe 28 associações pequenos produtores agrícolas membros da UNAC que constitui universo deste estudo e para obtenção do tamanho da amostra obedeceu-se o raciocínio de Matakala & Macucule (1998) onde afirmam que a amostragem mínima para o estudo depende do número total da população, onde define-se 15% da amostra se a população total abrangida não for superior a 100, 10 % se estiver no intervalo de 100 a 500 e 5% se for superior a 500.

A amostra do estudo é do tipo aleatória simples por conveniência dadas as dificuldades e os custos elevados da realização de um processo de amostragem aleatória isto porque em muitas situações a amostragem por conveniência torna particularmente atractiva e é preferido por motivos de dificuldades dos custos elevados da disponibilidade e acessibilidade dos elementos.

Neste contexto, do total de 28 associações que operam no distrito, e tendo em conta o raciocínio de Matakala & Macucule (1998), foi aplicado do universo, 15% de amostra correspondente a 4 associações com um total de 370 membros representando uma amostra de 37 elementos e para além dos membros das associações foram seleccionadas para as entrevistas, o Director do SDAE, 1 representantes da UNAC e 4 extensionistas que operam a área de jurisdição das associações sorteadas segundo a tabela 1 abaixo indicado.

**Tabela 1 Amostra das Associações seleccionados**

N.Ord	Nome da Associação	Universo	%	Amostra
1	Cooperativa 25 de Setembro	38		
2	Cooperativa Agro-Pecuária de Campuane,	40		
3	Associação livre de Mahubo	230		
4	Associação Resgate de Manguiza	62		
<b>Sub total</b>		370	10	37
<b>5</b>	Director do SDAE			1
<b>6</b>	Representantes da UNAC			1
<b>7</b>	Extensionistas			4

<b>Total</b>	43
--------------	----

Fonte: SDAE de Boane-2020

A escolha das 4 associações para o presente estudo prende-se ao facto de as mesmas terem como base das suas actividades o sector agrícola com uma composição heterogenia. Estas associações operam no distrito de Boane numa área acima de 10 hectares, e estão devidamente inscritos na UNAC a mais de 5 anos.

Outro aspecto que pesou na escolha destas associações consistiu na distância que separa estas associações da cidade de Maputo o que de certa forma contribuiu na redução de custos.

### **3.6.Procedimentos Éticos**

O estudo pautou por princípios morais que orientam uma pesquisa transparente e isenta de constrangimentos graves que possam dificultar o decurso da recolha de dados, desde a sua concepção, passando pela sua operacionalização até à sua conclusão, respeitando, por conseguinte, os entrevistados com justeza e princípios de equidade, evitando prejudicá-los e enganá-los, promovendo o bem-estar e um espírito de colaboração no desenvolvimento das entrevistas.

Em alguns casos usou-se a língua local nas entrevistas de forma a torna-las mais abrangentes e substantivas, visto que, a maioria dos pequenos produtores é falante desta língua, os mesmos foram informados do objectivo da pesquisa com a finalidade de se obter um consentimento salutar, favorecendo o fortalecimento de uma melhor contribuição em termos de informação para o estudo. A participação da população do estudo foi feita a partir do seu consentimento. Mediante a aceitação e preenchimento da declaração do consentimento, bem como o uso de nome fictícios para protecção e preservação da identidade dos nossos entrevistados e dos dados.

## CAPITULO IV. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

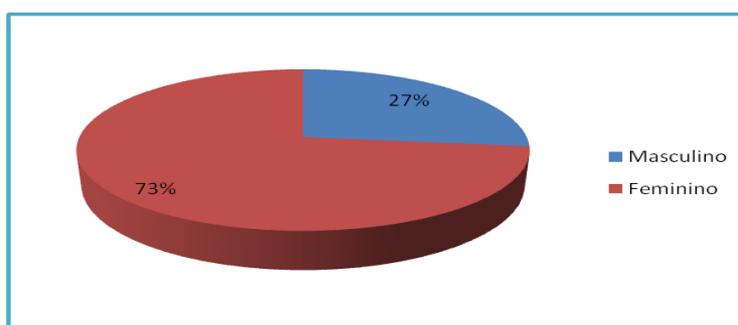
Este capítulo faz a apresentação, da análise e interpretação de dados colhidos no estudo de campo, com vista a responder as questões de pesquisa e estabelecer uma relação entre a revisão da literatura e o estudo de caso, numa perspectiva das teorias que suportam a pesquisa. Parte de uma explanação dos resultados das entrevistas aliada a interpretação do acervo documental.

### 4.1. Análise e Interpretação de Dados

#### 4.1.1. Perfil dos Entrevistados

O gráfico 1 apresenta a informação sobre o género dos pequenos produtores. Pode-se perceber que dos inquiridos 73% são mulheres e 27% homens, constata-se que maior parte dos pequenos produtores abrangido no estudo são mulheres.

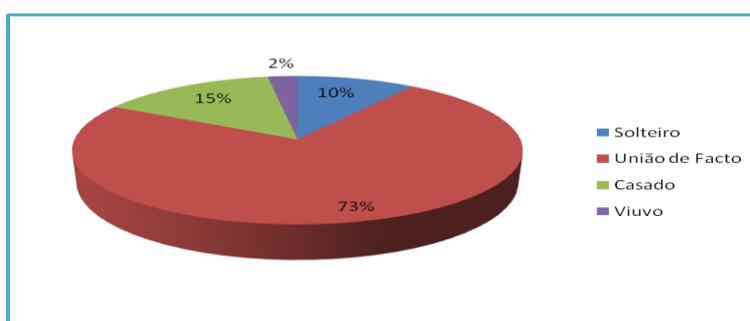
Gráfico 1 Género dos Entrevistados



**Fonte:** Dados da Pesquisa-2021

No que tange ao estado civil dos inquiridos, 73% vive sobre o regime de união de facto o que representa maior parte dos inquiridos. Destes 15% são casados, 10% solteiros e apenas 2% são viúvos.

Gráfico 2 Estado Civil

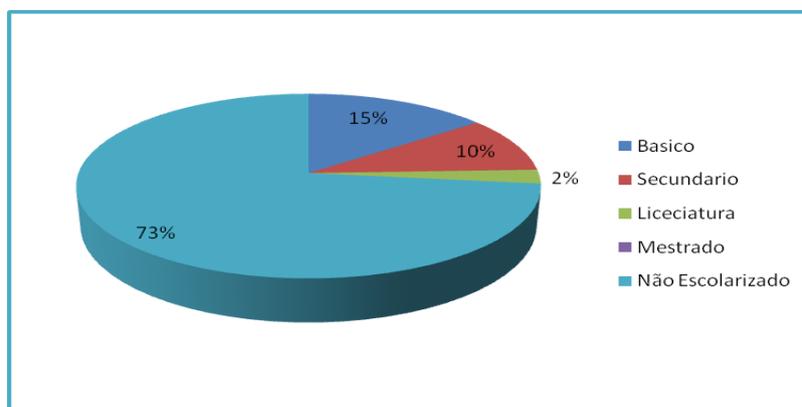


**Fonte:** Dados da Pesquisa-2021

O gráfico 3 apresenta dados sobre nível académico dos inquiridos. No mesmo pode-se perceber que cerca de 73% dos camponeses não tem nível de escolaridade, 15% tem o nível básico, 10% são do nível médio e apenas 2% tem o nível de licenciatura. Portanto maior parte dos inquiridos não tem nível académico.

Relacionando a escolaridade com a variável género, observamos que a população feminina, a mais envolvida na actividade agrícola, tem também baixa escolaridade, resultado do facto de que a educação da maioria destas mulheres está limitada a aprendizagem de habilidades domésticas, com acesso muito limitado ao poder, conforme exposto por Casimiro (1998).

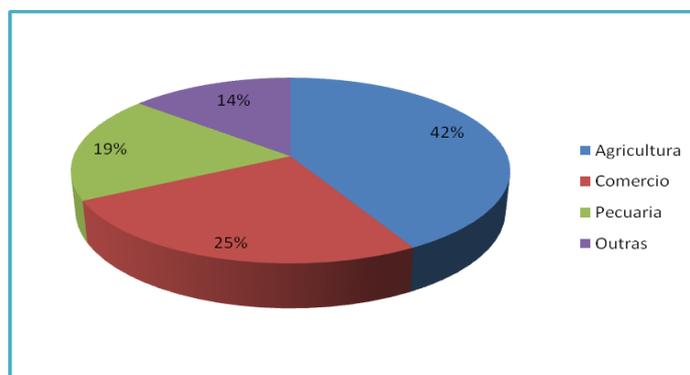
Gráfico 3 Grau Académico



**Fonte:** Dados da Pesquisa-2021

Inquiridos em relação a actividade de renda familiar, maior parte deste, cerca de 42% encontram o seu sustento na agricultura, 25% praticam comércio, 19 inquiridos praticam pastorícia e 14% são funcionários do SDAE e da UNAC.

Gráfico 4 Actividades de Renda Familiar



**Fonte:** Dados da Pesquisa-2021

#### 4.1.2. Perfil das Associações Agrícolas do Distrito de Boane Membros da UNAC

Questionados sobre o nome da associação no qual é digno membro, data da sua fundação, número de membros e se a associação tem o direito de uso e aproveitamento de terra, os inquiridos responderam com base nos dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2 Perfil das Associações

N. de Ord.	Nome da associacao	Ano de Fundacao	Numero de membros			Localizacao	Area/ha	Act. Principal	Principais Culturas	Sistema de Rega	Legalidade
			M	F	Total						
1	Cooperativa 25 de Setembro	1970	16	25	38	25 de setembro	40	Agricultura	Hortícolas Leguminosas de grão e tubérculos	Regadio/sequeiro	DUAT
2	Cooperativa A.P. Campuane	2010	3	37	40	campuane	125	Agropecuaria	Milho e pecuaria	Sequeiro	S/DUAT
3	Associação Livre de Mahubo	2013	70	160	230	Marien Nguabi	50	Agricultura	Hortícolas Leguminosas de grão e tubérculos	Regadio	DUAT
4	Associação dos S. de Maguiza	2004	14	48	62	Maguiza	73	Agricultura	Hortícolas Leguminosas de grão e tubérculos	Sequeiro	DUAT
Total			103	270	370						

Fonte: dados da Pesquisa: 2020<sup>6</sup>

#### 4.2. Entrevista as Associações do Distrito de Boane Membros da UNAC

##### 4.2.1. UNAC como Organização de Apoio aos Camponeses

Aos membros das 4 associações questionados sobre o conhecimento da existência da UNAC como organização de apoio aos camponeses no distrito de Boane, estes foram unânimes em afirmar positivamente que não só tem conhecimento sobre a existência desta organização como também são membros deste órgão e estão informados sobre o seu propósito.

##### 4.2.2. Motivação para filiar-se a UNAC

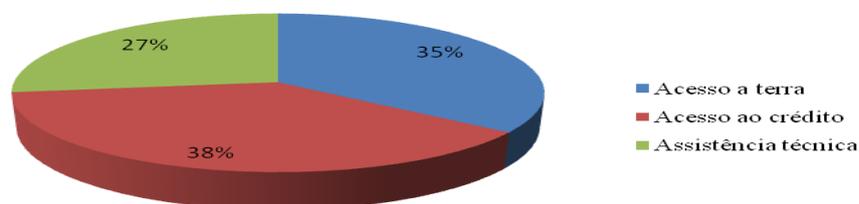
Aos pequenos produtores questionados sobre os propósitos que ditaram para ser membro da União Nacional dos Camponeses, 38% dos entrevistados responderam que estão na UNAC como forma de ter acesso ao crédito. Destes 35% tem as suas motivações na possibilidade de ter uma parcela de terra fértil para exercer actividades de agricultura e beneficiar de descontos na compra de insumos. e 27% dos entrevistados foram motivados pelo suporte técnico.

Portanto dos dados e de acordo como gráfico 5 abaixo indicado, maior parte dos entrevistados encontram as suas motivações no apoio financeiro para poder custear o processo produtivo e sendo a UNAC representante dos produtores legíveis mobiliza esforços junto das organizações e a conjugação de recursos em benefício dos pequenos produtores pode constituir uma vantagem.

<sup>6</sup>Dados obtidos com base nas entrevistas feitas no distrito de Boane aos membros das associações nos dias 16 a 20 de Outubro de 2020.

Portanto justifica-se na medida em que com base no tamanho da associação, os bancos estarão dispostos a conceder empréstimos de maiores quantias de dinheiro do que quando se trata de empréstimos a pequenos produtores que operam a título individual.

Gráfico 5 Motivação aderir a UNAC



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### **4.2.2. Rendimentos dos Produtores antes de serem membros das associações escritos na UNC.**

O gráfico 6 é referente a análise qualitativa em relação ao rendimento dos pequenos produtores antes de organizarem se em associações e por conseguinte filiarem-se a União Nacional dos Camponeses.

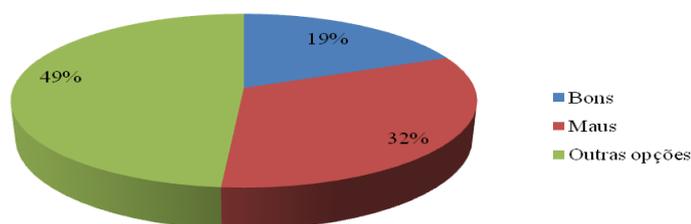
Dos dados 49% dos pequenos produtores inquiridos afirmaram que antes tinham uma produção e produtividade razoável. Destes 32% afirmaram que o seu rendimento não era das melhores o que faz nos perceber que trata-se de um grupo vulnerável que só e somente dependiam da chuva para a produção de alimentos para o seu sustento e excedente para a campanha posterior.

No entanto, 19% dos entrevistados afirmaram que tiveram um bom rendimento, o que significa que trata-se de um grupo de pequenos produtores com outras rendas fora de agricultura podendo suportar para a sua produção encargos de insumos e de outros mecanismos necessários para garantir uma boa produção.

Neste sentido e de acordo com os dados, maior parte dos inquiridos consideram razoável a sua produção mesmo antes de aderir ao movimento associativo reconhecido pela União Nacional dos Camponeses o que de certa forma remete-nos a concluir que dentro das dificuldades de suportar os custos de produção, nas pequenas parcelas que tinham e aproveitando o facto de alguns estarem nas margens dos rios Umbeluze e Incomate conseguiram produzir em pequena escala algumas culturas como milho, feijões, mandioca e

amendoim em regime de sequeiro e hortícolas nas épocas frescas do ano com recurso a rega localizada a partir de poços e riachos existentes nalgumas áreas ocupadas pelas associações.

Gráfico 6 Rendimento dos Pequenos Produtores



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.2.3.Principais Acções Desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses (UNAC)

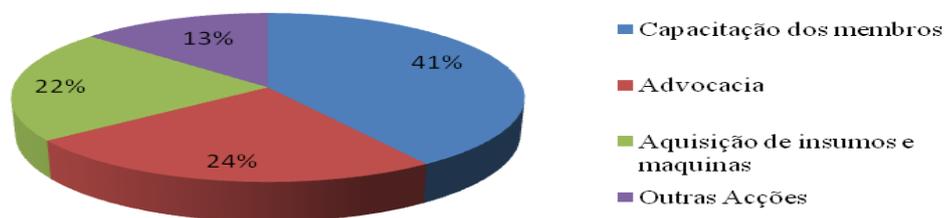
Em relação as acções desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses (UNAC), nos pequenos produtores da Província de Maputo distrito de Boane, 41% dos inquiridos o que representam a maior parte apontam para capacitação dos membros associados a União Nacional dos Camponeses em tecnologias melhoradas de produção incluindo estufas.

Portanto, 24% % dos inquiridos afirmaram que uma das acções do relevo da UNAC consistiu na defesa dos interesses dos associados sobre tudo no que diz respeito a legalização dos espaços e a mediação de conflitos de usurpação de terras por produtores privados. Por outro lado, 22% dos inquiridos afirmaram que a União Nacional dos Camponeses mobilizou através dos seus parceiros insumos e maquinarias em benefício dos associados e 13% dos inquiridos apontaram para o associativismo como acções desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses, que permitiu com que pequenos produtores individuais organizassem no sentido de formar associações agrícolas para o bem comum de acordo com o gráfico 7 abaixo indicado.

De acordo com a Sra. Beatriz membro da Cooperativa Agro Pecuária de Campuane questionada sobre as acções desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses afirmou que trabalhava numa machamba com cerca de 5 hectares em regime de sequeiro dependendo da chuva para a sua produção. Maior parte desta parceira perdeu a favor de um português que foi apresentado pelo administrador como dono de 3 hectares na sua parcela machamba tendo para o efeito exibido comprovativos “DUAT”. Tentou recorrer sem sucesso.

Volvido alguns anos foi convidado a se filiar na Cooperativa Agro Pecuária de Campuana que era membro escrito na UNAC e que recebia desta apoio em termos de técnicas de produção, comercialização e assessoria, o que de certa forma veio a melhorar a sua produção visto que a UNC em coordenação com os membros da Cooperativa Agro Pecuária de Campuana conseguiu um financiamento da MOZAL para a aquisição de uma motobomba industrial e algumas alfaias agrícolas o que veio a ajudar no processo produtivo. (Sra. Beatriz, 2020)<sup>7</sup>.

Gráfico 7 Acções Desenvolvidas pela UNAC



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.2.4. Percepção dos Pequenos Produtores em Relação a Intervenção da UNAC no Distrito de Boane

No que se refere a percepção dos pequenos produtores em relação a intervenção da União Nacional dos Camponeses (UNAC) no distrito de Boane, dos entrevistados 78% apontam para intercepção acertada, 16% não tem informação e 8% acha que a intervenção da UAC é negativa.

Segundo a Sra. Teresa Mafuma, a Cooperativa 25 de Setembro no qual é membro activo tem uma área de cerca de 40 há com 38 membros efectivos sendo 16 homens e 25 mulheres, Da área total os membros efectivos apenas exploram cerca de 23ha produzindo hortícolas, leguminosas de grão e tubérculos. Portanto uma área correspondente a 17ha arrendam para outros pequenos produtores que não tem propriedades próprias para exercer a actividade agrícola.

<sup>7</sup> Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2020 na sede da associação.

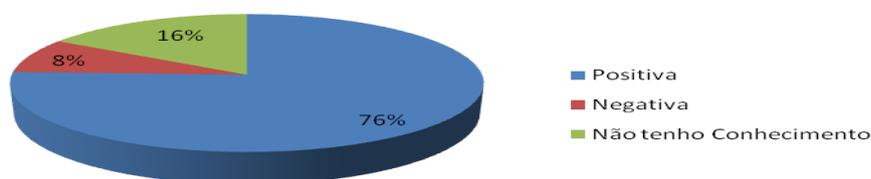
Neste contexto os produtores arrendatários não são membros da cooperativa apenas pagam a renda e outros serviços como aluguer de tractor para preparação da terra. Portanto por não serem membros não se beneficiam dos serviços da UNAC, os insumos compram nas casas agrárias a preços altos e em contra partida os associados tem serviços facilitados. (Sra Teresa Mafuma).<sup>8</sup>

Portanto dos dados da entrevista de acordo com o gráfico 9 abaixo indicado, percebe-se que maior parte dos entrevistados estão satisfeitos com a presença da UNAC no distrito isto porque antes cada membro produzia de forma individualizada sem no entanto beneficiar-se de apoio seja financeiro ou material, em outros casos perdiam terras a favor de estrangeiros ou mesmo empresariado nacional por falta de DUAT, mas com a presença da UNAC a situação reverteu-se.

De acordo com a Sra Justina Tembe, há uma satisfação enorme por parte dos membros da Associação dos Sequeiros de Resgate de Manguiza com a presença da UNAC no distrito, isto porque com associativismo os membros estão a ter resultados positivos o que traduz num rendimento aceitável. Quando trabalhavam de forma individual enfrentavam muitos problemas, tais como falta de muitas coisas, até para comer era difícil, mas agora já não, quando empenham-se na machamba é porque de facto alguma coisa sobre sai. (Sra Justina Tembe, 2020)<sup>9</sup>

De acordo com a perspectiva do capital social, no associativismo os membros tem a capacidade de obter vantagens, e sobretudo a capacidade de realizar objectivos que de forma Individual seria quase que impossível de os satisfazer. Pois, a cooperação acelera de certa forma a realização de acções e alcance dos objectivos.

Gráfico 8 Percepção dos Pequenos Produtores



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

<sup>8</sup> Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2020 na sede da associação.

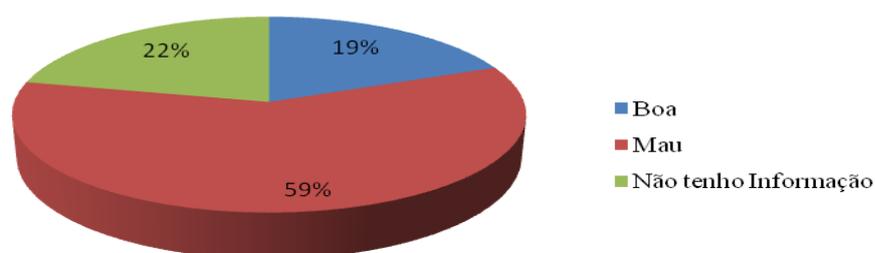
<sup>9</sup> Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2020 na sede da associação

#### 4.2.5. Rendimento dos produtores locais que não fazem parte da UNAC

Convidados a opinar em relação a produção e produtividade dos produtores locais que não fazem parte da União Nacional dos Camponeses (UNAC), 59% o que representa a maior parte dos produtores inquiridos afirmaram que os pequenos produtores não associados têm baixos índices de produção por serem dependentes da chuva, (Regime de sequeiro), fraco poder germinativo da semente nativa que usam para a produção, custos de compra de insumos e de aluguer de máquinas para preparar a terra.

Portanto 22% não tem conhecimento e 19% dos inquiridos consideram a produção e produtividade dos pequenos produtores boa o que significa que trata-se de um grupo de pequenos produtores com recursos e técnicas melhoradas de produção.

Gráfico 9 Rendimento dos Produtores não Associados



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.2.6. Destino da produção da Associação

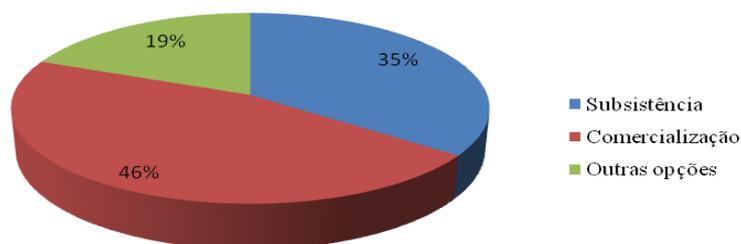
Questionados os pequenos produtores associados sobre o destino da produção, 46% dos inquiridos afirmaram que destina-se a comercialização, 35% dos inquiridos apontam para consumo familiar e 19% para o excedente.

Portanto a maior parte da produção dos pequenos produtores associados é destinada primariamente a venda e o rendimento é distribuído entre os membros, o remanescente guardam como fundo da associação para custear gastos com combustíveis insumos, manutenção de motobombas, pagamento de despesas correntes como água e energia bem como apoio aos membros da associação em caso de uma necessidade nas suas famílias. Para o consumo individual, dentro da associação cada associado tem uma parcela para o seu sustento familiar.

Segundo a Sra. Maria Cossa, membro da Associação Livre de Mahubo, antigamente sofria muito para ter alguns produtos, bem como dinheiro, mas agora já não. Grande parte dos alimentos tira da sua machamba (...) A Comunidade ganha porque como membro da associação tem tomate, couve, que tira da machamba e a comunidade compra o que significa que esta a ser útil para a comunidade.” (Sra Maria Cossa, 2020)<sup>10</sup>

Portanto apesar da agricultura praticada pelos camponeses da associação caracterizar-se pela subsistência, os mesmos conseguem de certa forma, vender para adquirir outros produtos de primeira necessidade não cultivados. É nesta perspectiva que o associativismo contribui para a comunidade na medida em que os demais indivíduos compram determinados produtos com os camponeses da associação.

Gráfico 10. Destino da Produção



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

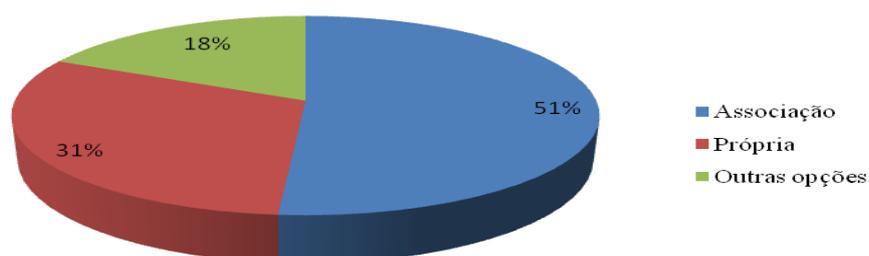
#### 4.2.7. Proprietário da Machamba

Questionados sobre o dono da área onde cada produtor da associação opera, 51 % dos entrevistados afirmaram que exploram a área da associação, 31% dos inquiridos operam nas suas propriedades portanto em redor da área da associação. Destes 18% arrendam parte das áreas pertencentes a associação. Portanto maior parte da área explorada pelos pequenos produtores pertence a associação.

Importa referenciar que pequenos produtores que inicialmente praticavam as suas actividades no local onde foi instalado o regadio área ocupada pelas associações dos camponeses, beneficiaram automaticamente do sistema de regadio e assim foram considerados membros dessas associações passando a ter duas ou mais parcelas, sendo uma da associação e outra em redor da área da associação onde anteriormente praticavam a agricultura de sequeiro.

<sup>10</sup> Entrevista concedida no dia 17 de Outubro de 2020 na sede da associação.

Gráfico 11 Proprietário da Machamba



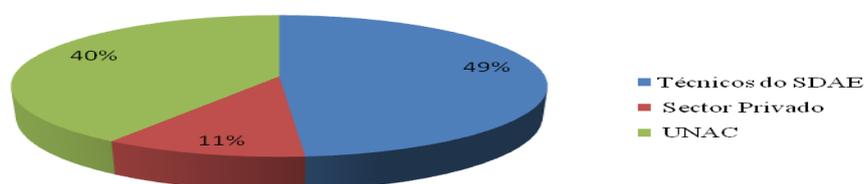
Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.2.8. Assistência Técnica aos produtores filiados na UNAC

Em relação a assistência técnica de acordo com o gráfico 13 abaixo indicado, 49% dos inquiridos são assistidos pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) através da rede de extensão que opera no distrito. 40% dos pequenos produtores são assistidos pelos técnicos da União Nacional dos Camponeses (UNAC), ao nível do distrito de Boane. Destes 11% não são membros de nenhuma associação para o suporte técnico recorrem ao sector privados.

Os dados permite-nos perceber que há um trabalho conjunto entre os extensionistas do SDAE de Boane e os técnicos da UNAC, com tudo a rede de extensão em representação do Estado tem a obrigação de dar suporte técnico a todos diferentemente da UNAC que apenas da suporte técnico aos associados.

Gráfico 12 Assistência Técnica



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

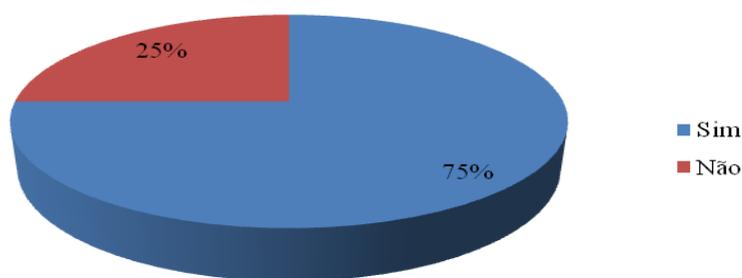
### 4.3. Entrevista aos Extensionistas

#### 4.3.1. Apoio da UNAC aos Pequenos Produtores

O gráfico 13 ilustra o posicionamento dos extensionistas em relação ao questionamento no qual os pequenos produtores que assistem beneficiam ou não dos serviços que União Nacional dos Camponeses (UNAC) oferece. Dos dados 75% dos inquiridos afirmaram que sim e 25% Não. Dos extensionistas entrevistados maior parte afirmaram positivamente que a UNAC apoia os pequenos produtores organizados em associações

Portanto vislumbra aqui um sentimento de que o grupo que não recebe apoio da UNAC faz parte daqueles produtores que ainda não pertence a nenhuma associação.

Gráfico 13 Apoio da UNAC



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.3.2. Actividades Desenvolvida pela UNAC aos Pequenos Produtores

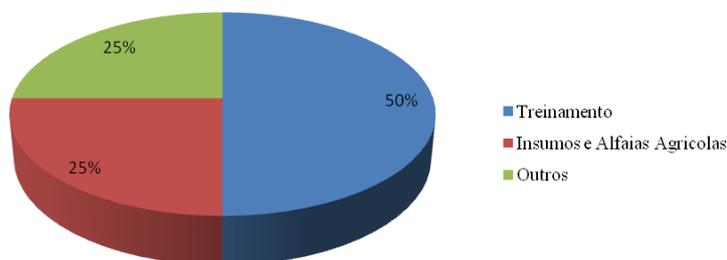
Em relação as actividades desenvolvidas pela UNAC foram aqui mencionados vários serviços de acordo com o gráfico 14 abaixo indicado. Dos dados 50 % dos extensionistas inquiridos afirmaram que a UNAC no âmbito da sua actuação promove capacitação as associações dos pequenos produtores do distrito de Boane.

Destes 25% dos extensionistas apontam para fornecimento de UNAC fornecimento de insumos, alfaias agrícolas como actividade que a UNAC tem vindo a desenvolver.

Um outro grupo de extensionistas representando 25% respectivamente sublinharam que a UNAC para além de capacitação dos produtores, sensibiliza-os como forma de poder organizarem-se em pequenas associações bem como desenvolve campanhas de legalização das propriedades das associações por meio de aquisição de Duate. Neste sentido maior parte dos inquiridos afirmaram que a União Nacional dos Camponeses (UNAC), tem mais

intervenção na formação contínua dos pequenos produtores através de transferências de tecnologias no que respeita a divulgação de técnicas de produção.

Gráfico 14 Actividade Desenvolvida pela UNAC



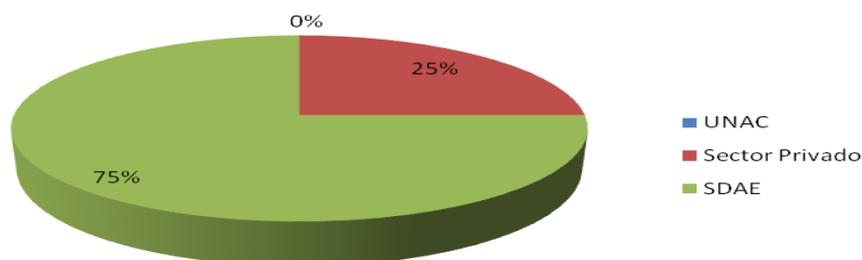
Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.3.3. Assistências aos Produtores locais que não fazem parte da UNAC

Em relação a entidade que presta assistência aos produtores locais que não fazem parte da União Nacional dos Camponeses (UNAC) 60% dos extensionistas inquiridos afirmaram que os pequenos produtores não filiados a União Nacional dos Camponeses (UNAC) são assistidos pelo SDAE através de serviços distritais de extensão. Destes 25% dos inquiridos apontaram para o sector privado.

Analisando os dados pode se perceber que os pequenos produtores não filiados a União Nacional dos Camponeses (UNAC) na sua maior parte são assistidos pela rede de extensão do SDAE do distrito de Boane, havendo alguns destes com poderio económico que contratam os serviços do sector privado.

Gráfico 15. Entidade que assiste os não Associados



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### **4.3.4. Produção e Produtividade dos Associados Vs Não Associados**

Convidados a fazerem comparação entre a produção e produtividade dos pequenos produtores associados dos não associados que operam no distrito de Boane, os quatro extensionistas inquiridos foram unânimes em afirmar que os pequenos produtores organizados em associações inscritos na União Nacional dos Camponeses (UNAC), estão em melhores condições em relação aos pequenos produtores que operam a título individual socorrendo-se para o efeito das técnicas de produção, preços bonificados, e do rendimento por cultura tendo em conta o sistema de irrigação para os associados e em contra partida os não escritos nas associações tendem a usar o excedente da semente nativa e a produção envolve custos avultados e esta orientado para o consumo familiar.

De acordo com José Madumane Mboene,<sup>11</sup> os pequenos produtores que operam a título individual na comunidade rural de 25 de Setembro onde faz assistência técnica, tende a produzir num regime de sequeiro dependo da chuva e com recurso ao sistema de consociação onde varias culturas são produzidos em simultâneo e na mesma parcela. Deu, exemplo da cultura de milho que é cultivado na mesma parcela maioritariamente com feijão-nhamba e abóbora, o que de certo modo cria competição entre as culturas causando perdas na produção.

Diferentemente destes nos pequenos produtores organizados em associações, o padrão de cultivo é monocultura, isto é cada cultura na sua parcela, com uso de insumos agrícolas tais como: semente melhorada, adubos inorgânicos e pesticidas, em um sistemas de regadio, sendo que a produção está orientada para o mercado. (José Madumane Mboene, 2021).

Segundo Paulo Mavudlha<sup>12</sup>, na comunidade de Manguiza onde faz assistência, os produtores associados tende a ter maior rendimento na produção e produtividade em relação aos pequenos produtores individuais que registam maiores perdas da sua produção.

De acordo com Mavulha na campanha agrícola de 2017/2018, o rendimento obtido para a cultura do milho nos pequenos produtores que operam a título individual na comunidade de Manguiza foi de 293 Kg/ha o que significa que não foi rentável, sendo que o custo de produção foi relativamente superior ao custo de aquisição do mesmo produto no mercado local. Na mesma campanha (2017/2018), o rendimento obtido para a cultura do milho nos pequenos produtores associados foi satisfatório na ordem de 893 Kg/ha.

---

<sup>11</sup> *Entrevista concedida no dia 02 de Setembro de 2021 no edifício do SDAE de Boane.*

<sup>12</sup> *Entrevista concedida no dia 02 de Setembro de 2021 no edifício do SDAE de Boane*

Portanto o sucesso justifica-se pelo facto destes pequenos produtores associados utilizarem na sua produção semente certificada com preços bonificados e com recurso a rotação de cultura, técnica de manejo de solos, gestão de pragas e doenças. (Paulo Mavudlha,2021).

#### **4.3.4. Pequenos Produtores locais que não fazem parte da UNAC**

Em relação a produtores locais que não fazem parte da União Nacional dos Camponeses, os quatro extensionistas entrevistados foram unânimes em afirmar que há uma necessidade urgente de mobilizar este grupo no sentido de organizarem -se em associações como forma de beneficiarem-se dos apoios seja materiais, insumos a preços bonificados entre outros benefícios que os diferentes actores canalizam aos produtores locais associados e escritos na União Nacional dos Camponeses na província de Maputo no geral e no distrito de Boane especificamente (Extensionistas afecto nas 4 associações, 2021).

#### **4.3.4. Principais Técnicas Disseminadas pela UNAC**

O gráfico 16 ilustra os dados referentes as técnicas disseminadas pela União Nacional dos Camponeses aos pequenos produtores associados no distrito de Boane. Dos dados 75% dos extensionistas entrevistados apontam para as técnicas de produção agrícola e 25% dos extensionistas afirmaram que a UNAC pôde aos camponeses em matéria de técnicas de comercialização dos produtos agrícolas bem como técnica conservação pós colheita como forma de minimizar as perdas.

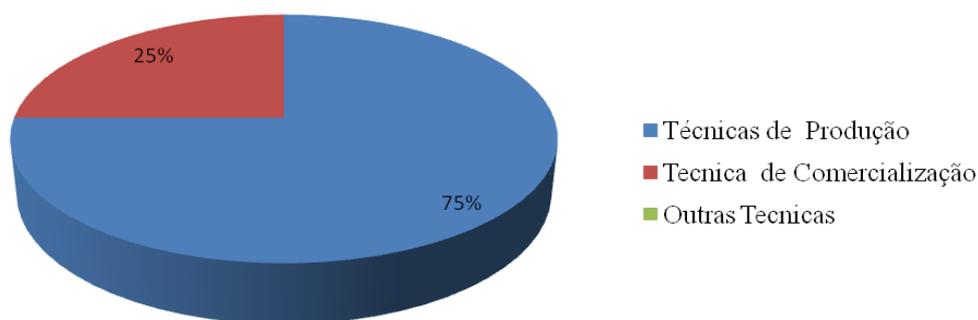
Portanto maior parte dos inquiridos defende que a UNAC na sua actuação dá maior suporte nas técnicas de produção sem no entanto excluir as outras actividades que incumbe realizar tal como sustenta o Sr. Maculuve da associação livre de Mahubo.

De acordo Jonas Maculuve<sup>13</sup> da rede de extensão afecto na associação livre de Mahubo falando das técnicas disseminadas pela UNAC na associação onde este faz assistência, disse que os técnicos da UNAC promoveram na campanha agrícola de 2017/18 três eventos de transferência de tecnologias de agroprocessamento de hortícolas, frutas e batata-doce de polpa alaranjada e no fim das demonstrações efectuadas distribuíram aos produtores presente quites de semente básica de hortícolas, ramos de batata doce, mudas de mangueiras e laranjeiras. (Jonas Maculuve, 2021).

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida no dia 02 de Setembro de 2021 no edifício do SDAE de Boane

Gráfico 16 Técnicas Disseminadas pela UNAC



Fonte: Dados da Pesquisa-2021

#### 4.4. Entrevista ao Representante da UNAC

O Coordenador da UNAC convidado a descrever a trajetória da UNAC na luta pela participação dos camponeses e os compromissos assumidos por esta organização no âmbito do desenvolvimento rural começou primeiramente por afirmar que a UNAC é um movimento de Camponeses, do sector familiar que luta pela participação activa dos Camponeses no processo de desenvolvimento local das comunidades em Moçambique. Foi fundada em 1987 e registada em 1994 com objectivo de representar os camponeses e suas organizações para assegurar os seus direitos sociais, económicos e culturais através de fortalecimento das organizações camponesas, e participação na definição de políticas agrárias. (Representante da UNAC, 2020).

A UNAC possui estatuto e regulamentos internos que regulam o seu funcionamento de acordo com o disposto n° 1 do art. 5 da lei n° 8/91 de 18 de Junho articulado como art.1 do Decreto n° 21/91 de 3 de Outubro.

De acordo com o representante da UNAC para ser membro basta apresentar uma proposta ao conselho de administração com anuência de 2 membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos. A proposta deverá ser submetida antes junto aos camponeses locais membros efectivos da UNAC. No acto da apresentação da proposta o interessado devera realizar 50 por cento de jóia. Segundo o Coordenador distrital da UNAC ao nível do distrito existem 28 associações dos camponeses que são membros activos da UNAC. (Representante da UNAC, 2020)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2020 no edifício do SDAE

Segundo o representante a UNAC, promove o espírito de associativismo, e desenvolve projectos integrados e adequados, de fortalecimento das comunidades ao nível do distrito de Boane; Ajuda os camponeses na legalização das suas propriedades; Promove programas de intercâmbio nacional e internacional para a partilha de recursos e aprendizagem mútua entre as associações e cooperativas ao nível do distrito de Boane em particular e a nível nacional no geral.”(Representante da UNAC, 2020).

No que concerne a apoio do Governo ou de outros Parceiros para o desempenho das actividades da UNAC, o coordenador afirmou que do Governo não recebe nenhuma verba mas o seu funcionamento é garantido por cotas pagas pelos seus membros bem como algumas organizações internacionais que apoiam o sector de agricultura em Moçambique.

O coordenador da UNAC no Distrito de Boane questionado sobre o compromisso que a UNAC assume ao nível do Distrito de Boane este respondeu que a organização que coordena tem como compromisso:

- Acesso e controlo da Terra pelos camponeses;
- Fortalecimento das organizações camponesas;
- Defesa dos bens comuns (água, sementes, meio ambiente, biodiversidade);
- Participação activa dos camponeses nos processos de definição de políticas;
- Promoção e desenvolvimento dos mercados locais;
- Participação activa das mulheres e jovens na agenda política nacional;
- Aumentar a consciência e promover estratégias de luta contra o HIV/SIDA;
- Formação e capacitação política e organizacional dos camponeses.

Segundo coordenador da UNAC, os membros das associações devidamente escritos na UNAC estão informados sobre a missão da UNAC tanto que eles possuem carteiras e estatutos que regulamenta o seu funcionamento. A UNAC na sua actuação e como forma de divulgar os seus propósitos tem organizado palestras junto dos associados.

Perguntado sobre o seu sentimento se os camponeses sentem-se valorizados pelo Governo e por outros actores da Sociedade Civil como é o caso da UNAC, o coordenador reagiu dizendo que do governo não podia responder tanto que há muitas reclamações sobre a sua intervenção no sector de agricultura ao nível do Distrito. Entretanto os camponeses associados estão muito satisfeitos com a intervenção da UNAC sobre tudo no que diz respeito a advocacia nos conflitos de usurpação das suas propriedades.

Em relação aos mecanismos de participação das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das Comunidades Rurais, e se a UNAC contribui para a melhoria das

condições de vida dos seus membros, o coordenador reagiu dizendo que a UNAC mobiliza os camponeses a organizara-se em associações de modo a permitir a angariação de apoios para dinamizar a produção ao nível das comunidades, e estas acções estão a surtir efeitos positivos antes jamais vistos. Alguns camponeses produziam em regime de sequeiro isto é dependiam da chuva para irrigarem as suas machambas mas com o associativismo recebem apoios em maquinarias como é o caso de motobombas sistemas de rega gota a gota, alfaias agrícolas bem como tractores.

Para o coordenador da UNAC, o impacto da participação da UNAC ao nível do distrito de Boane é positivo visto que as comunidades já começam a ganhar consciência sobre as boas práticas de produção agrícola bem como comercialização dos produtos agrícolas ao nível dos mercados locais e feiras o que de certo modo contribui para o auto sustento dos associados e suas famílias.

#### **4.5. Entrevista ao Director do SDAE**

De acordo com o director do SDAE o distrito de Boane conta com mais de 10 200 agricultores assistidos, por 15 extensionistas sendo 52 pequenos produtores para cada extensionistas. Importa referenciar que nem todos camponeses estão afiliados as associações. Contudo existe no distrito 28 associações devidamente escrito na UNAC (Director do SDAE, 2020)<sup>15</sup>.

Segundo Director do SDAE, no distrito de Boane, existe várias organizações da sociedade civil de carácter nacional e internacional que de certa forma conjugam esforços para o desenvolvimento da actividade agrícola no distrito.

Na sua explanação, disse que as organizações internacionais tais como Banco Mundial, Banco Africano, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e USAID, mobilizam financiamento a projectos ou programas do desenvolvimento agrário do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) tais como PROCAVA, SUSTENTA e IRIGA, que em coordenação com o SDAE dão suporte as actividade agrícola desenvolvidas pelos pequenos produtores no distrito de Boane através da construção e reabilitação de regadios, fornecimento de insumos, alfaias agrícolas construção e apetrechamento de parques de máquinas.

Portanto para além destes existe organizações da sociedade civil que representam os interesses dos camponeses tal como a UNAC que pela sua natureza não financia os pequenos

---

<sup>15</sup>, *Entrevista concedida no dia 10 de Setembro de 2021 no edifício dos Serviços Distritais de Actividades Económicas.*

produtores em dinheiro tanto que para sua sobrevivência dependem das cotas cobradas dos seus membros. Neste contexto no âmbito da sua actuação promovem o associativismo, secções de treinamento nas técnicas de produção, advocacia, e parcerias com outras organizações nacionais e internacionais para dinamizar o processo de produção e produtividade no distrito (Director do SDAE, 2020).

Convidado dar o seu ponto de vista em relação a produção e produtividade dos produtores locais que não fazem parte das associações filiadas na UNAC, este começou por afirmar que constitui um desafio para o distrito na medida em que muitos dos financiamentos seja em espécie ou em valores em grande parte são canalizados aos pequenos agricultores organizados em associações e raras vezes a título individual. Deu exemplo dizendo que é viável adquirir uma motobomba ou mesmo um tractor para servir 100 camponeses associados, e o contrário e quase que impossível se não oneroso.

O Director comparando a produção e produtividade dos pequenos produtores associados e individuais disse que no geral há mais produção nos associados que nos particulares.

Sobre as motivações que condicionam aos produtores locais a não se filiarem a UNAC tendo em conta os benefícios que este representa, o Director do SDAE reagiu dizendo que são vários os motivos e que no seio dos pequenos produtores existem três substratos ou categorias que pode nos permitir perceber a génese da não adesão as associações.

A primeira é composta por produtores com idades já avançadas a explorarem pequenas parcelas que varia de 0.25ha a 1ha. que de certa forma garante o sustento e excedentes para as épocas subsequentes. Portanto trata-se de um grupo de baixa renda vulneráveis com condições físicas debilitados dai sentirem-se incapazes de poder filiar-se as associações.

A segunda categoria é composta por pequenos produtores sem terra para produzir que de alguma forma arrendam as comunidades locais ou as associações parcelas de 1ha a 5ha para o efeito e que dependendo do tipo de contrato ou de condições sociais podem ou não filiarem - se as associações dos camponeses locais.

A terceira categoria é composta por pequenos produtores que exploram uma área de 1ha a 10ha. a estes maior parte não depende da agricultura para o seu sustento, tem no entanto outras rendas e toma a actividade agrícola como segundo plano dai não ser importante filiar-se a associação isto porque tem condições mínimas para custear o processo produtivo.

O Director disse que há um trabalho de sensibilização levado a cabo pela associação dos camponeses (UNAC) em coordenação com o SDAE que consiste em mobilizar este grupo para se filiarem as associações como forma de minimizar os custos de produção.

O SDAE em representação do estado apoia estes produtores nas técnicas de produção mas que no que tange aos insumos ou alfaias agrícolas esses devem procurar nas casas agrárias ou pagar serviços. Um exemplo, para o aluguer do tractor no SDAE ou nas associações para preparar a terra, são 3000 Mt por hora enquanto para os associados e quase de borla.

O Director faz uma variação positiva ao trabalho desenvolvido pela UNAC visto que as comunidades aos poucos estão a organizarem se em associações como forma de canalizar os esforços e angariação de apoios. Lamentou a falta de recursos (materiais financeiros e humanos) para o bom desempenho dos profissionais no distrito. Com tudo enalteceu o trabalho desempenhado pelos extensionistas havendo a necessidade de reforçar o número de e incubar mais jovem para reduzir o nível de desemprego.

## **5. Discussão de Resultados**

De um modo geral, os resultados constatados a partir do trabalho de campo deste estudo de caso no distrito de Boane sugerem que a participação da sociedade civil em particular a UNAC constitui uma estratégia de desenvolvimento local.

Portanto, o papel dos indivíduos na concretização das acções, tornando-se protagonista local a partir da cooperação, na resolução das demandas, é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento local e para a melhoria da sua qualidade de vida.

A partir da construção deste estudo foi constatado que o desenvolvimento endógeno não está relacionado apenas ao crescimento económico, mas a outros determinantes, tais como: envolvimento da comunidade nos processos decisórios, articulação entre diversos actores e esferas de poder, dentre outros.

Portanto para a nossa pesquisa a teoria do desenvolvimento endógeno revelou-se relevante na medida em que reflecte sobre aspectos essenciais para uma estratégia de desenvolvimento rural no que refere a valorização dos recursos locais disponíveis no processo de desenvolvimento rural o que de certo modo foi testemunhado pelos entrevistados no campo da pesquisa.

## **6. CONCLUSÕES**

### **6.1. Conclusão**

O trabalho tinha a pretensão de discutir sobre as acções estratégicas específicas desenvolvidas pela Uniao nacional de Camponeses (UNAC) no Distrito de Boane no período de 2015-2018. Portanto as acções estratégicas e específicas da Uniao Nacional dos Camponeses (UNAC) resume-se na representação dos camponeses e suas associações assegurando os seus direitos sociais, económicos e culturais através do fortalecimento das organizações camponesas e participação activa na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento visando garantir a soberania alimentar, tomando em conta a juventude e equidade de género.

No estudo constatou-se que a agricultura afigura-se no leque das actividades económicas levadas a cabo pela população do distrito como a mais praticada, mas foi possível observar e constatar que poucas acções ou estratégias de desenvolvimento são implementadas para alavancar os pequenos produtores no distrito de Boane.

No que concerne ao envolvimento dos camponeses do distrito de Boane nos programas da UNAC, particularmente em reuniões para tratar assuntos pertinentes como treinamento, transferência de tecnologia, associativismo assim como no pagamento de quotas, pode-se considerar bastante reduzida o que de certo modo dificulta o bom funcionamento da UNAC em geral e das associações em particular, visto que seus membros não se sentem ainda ligados a sua própria organização por laços suficientemente fortes o que faz com que a entidade, de certo modo, esteja distante deles.

Foi possível constatar que o factor de envolvimento dos camponeses na UNAC consiste na possibilidade de segurança de posse de terra e para obter acesso aos insumos, alfaías agrícolas bem como financiamento por parte das Organizações da sociedade Civil que cooperam com a UNAC.

De acordo com os dados colectados durante as entrevistas foi possível notar que maior parte dos associados tem baixo nível de escolaridade aliado a falta da educação associativa e por conseguinte ausência quase total dos serviços de extensão agrária pública em que são incorporados os agentes que fazem valer as políticas públicas agrárias.

De forma geral os resultados demonstram que a participação da UNAC no desenvolvimento das comunidades rurais tem um impacto positivo o que de certo é testemunhado pelos depoimentos dos camponeses ao afirmarem que estão satisfeitos com a presença desta

organização e que a mesma mobiliza esforços no sentido de procurar parcerias para apoiar as associações. Portanto na opinião dos associados a presença da UNAC no Distrito veio resolver muitos problemas desde a usurpação dos espaços a legalização bem como financiamento das actividades agrícolas, o que de certa forma contribui para o desenvolvimento do distrito.

Dessa forma valida-se a primeira hipótese segundo a qual a participação das organizações da sociedade civil nas comunidades rurais como e o caso da UNAC, constitui um valor acrescentado que vem dar mais sinergias ao processo de desenvolvimento local, na medida em que mobiliza recursos necessários para a satisfação dos problemas dos camponeses nas comunidades rurais.

Portanto, apesar dos problemas constatados por meio da pesquisa de campo e dos desafios mostrados neste trabalho, é possível depositar confiança no melhoramento do sistema agrícola do distrito em seu todo, pois a realidade organizacional das associações dos camponeses do distrito de Boane está ligada às relações e à convivência da comunidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (2003) *O Futuro das Regiões Rurais*, Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- AMARAL, F.J. (1996). *Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista*. In: Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, Brasília.
- AMARAL F. J. (2002). *Desenvolvimento Regional Endógeno: (Re) construção de um Conceito, Reformulação das Estratégias*, Revista Económica do Nordeste, Fortaleza.
- ALVES, F. J. L. (2016). *O ProSavana e o Desenvolvimento Contraditório da Agricultura em Moçambique*, USP, São Paulo.
- BAPTISTA, F. O. (2001) *Agriculturas e Territórios*, Editora Celta, Oeiras, Portugal.
- BOISIER, S. E. (1997). *Sociedade Civil, Participacion, Conocimiento y Gestion Territorial*. Santiago de Chile,
- CARNEIRO, M. J.(2000). *Ruralidade na Sociedade Contemporânea: Uma Reflexão Teórico Metodológica*.
- CERVO, A. L. ; BERVIAN, P. A. (2002) *Metodologia Científica*, 6ª edição, Editora Afiliada São Paulo.
- CRESWELL, J. (2007). *Projecto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*, Bookmam-Artmed, Porto Alegre.
- EPSTEIN, T. S. e Jezeph, D. (2001). *Development: There is Another Way: A Rural-Urban Partnership Development Paradigm*, World Development, New York.
- FERNANDES, R. C. (1994) *Privado Porém Público: O Terceiro Sector na América Latina*, CIVICUS, Rio de Janeiro.
- FRANCISCO, A. A. (2007) *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua Compreensão Crítica*, CIEDIMA, SARL, Maputo.
- GARRISON,J.(2000). *From Collaboration to Confrontation: Civil Society/Government* World Bank, Relations in Brazil, Banco Mundial, Washington.
- GIL, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5ª ed. Atlas, São Paulo.
- GOHN, M. G. (1985). *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a Construção da Cidadania dos Brasileiros*, Loyola, São Paulo.
- GUZMÁN, C. G; at al. (2000), *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa.
- HOMERIN, J. (2005) *As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento*, SCAC, Maputo.
- MATOS, M. C.(1991). *Desenvolvimento Rural: Questões Conceptuais e Ensinaamentos de Experiências no norte de Portugal*. Porto.

- MARCONI, M. e Lakatos, E. (2007) *Metodologia Científica*, 5ª Edição Revista e Ampliada, Editora Atlas, São Paulo.
- MARTINS, P. H. (2007). *As Redes Sociais, o Sistema da Dívida e o Paradoxo Sociológico*, Caderno CRH, UFBA, Salvador.
- MAÚSSE, M.(2009). *Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de Caso na Localidade de Chijinguire*, Maputo.
- MPD.2009. *Informação Sobre Execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL)*, 2007 – 2008.
- MATSINHE, C. (2012). *Estudo sobre os Direitos da mulher à Terra*.
- PEZINNI, M.(2003). *Cultivating regional development: main trends and policy challenges in OECD regions*. OECD, Paris.
- SCHUMPETER, J. A. (1988) *A Teoria do Desenvolvimento Económico*, Nova Cultural, São Paulo.
- SOUSA, F. (2011). *Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação* IPEA, Brasília
- TENÓRIO, Fernando G. (Org.)(2006). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- OLIVEIRA, A. C., HADDAN, S.(2001). *As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação*. Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 61-83, março/ 2001
- VAN DER Ploeg *et al.* (2000) *The European Model of Agriculture (EMA): Multifunctional Agriculture and Multisectoral Rural Development*. In: International Conference European Rural Policy at the Crossroads, Aberdeen.
- VEIGA, J. E. (2000). *A Face Rural do Desenvolvimento: Natureza, Território e Agricultura*, Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- Vergara, S. (2000) *Projectos e Relatórios de Pesquisa em Administração*, 10ª edição, Atlas, São Paulo.

### **Publicações Oficiais**

Boletim da República, Decreto n.º 11/2005, de 10 de Junho, Aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado.

Boletim da República, Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio, Estabelece os Princípios e Normas de Organização, Competência e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado.

Boletim da República, Decreto n.º 15/2000, de 20 de Junho, estabelece as Formas de Articulação dos Órgãos Locais do Estado.



## ANEXOS

### **Guião de Entrevistas.**

O presente questionário foi elaborado com objectivo de levantamentos dados sobre Participação da Sociedade Civil na Promoção do Desenvolvimento Rural tendo como estudo de caso a UNAC no distrito de Boane no período de 2015 a 2018. As informações por si fornecidas são essenciais para este estudo. A pesquisadora garante sigilo total e confidencial das informações que for a fornecer e que se destinam exclusivamente para fins científicos e académicos.

*Desde já o meu muito Obrigada pela disponibilidade.*

#### **1.Perfil dos Entrevistado (a)**

##### **a)Género**

Masculino ( )

Feminino ( )

##### **b)Estado Civil**

Solteiro

Casado

Divorciado

Viúvo

##### **c)Nível Académico**

Básico ( )

Secundaria ( )

Licenciado ( )

Mestrado ( )

**d)Residência**

Boane sede ( )

Matola rio ( )

Maputo Cidade ( )

Outro ( )

**c)Agregado Familiar**

3 a 4 Membros ( )

5 a 6 Membros ( )

7 a 8 Membros ( )

Outro ( )

**d)Actividades de Renda familiares**

Agricultura ( )

Pastorícia ( )

Comércio ( )

Outras ( )

## Entrevista aos Pequenos Produtores

**1. Tem conhecimento da Existência da UNAC como organização de apoio aos camponeses no distrito de Boane?**

Sim ( )

Não ( )

**2. Qual foi a principal motivação para filiar-se a UNAC?**

Acesso a terra ( )

Acesso ao crédito ( )

Assistência técnica ( )

**3. Antes da presença da UNAC, como eram os rendimentos dos produtores da sua associação?**

Bons ( )

Maus ( )

Outras opções ( )

**4. Quais as principais acções desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses (UNAC) na sua associação?**

Capacitação dos membros ( )

Advocacia ( )

Aquisição dos insumos e maquinas ( )

Outras Acções ( )

**5. Qual a sua percepção em relação a intervenção da UNAC no distrito de Boane?**

Positiva ( )

Negativa ( )

Não tenho Conhecimento ( )

**6. Qual a sua opinião com relação a produção e produtividade dos produtores locais que não fazem parte da UNAC?**

Boa ( )

Mau ( )

Não tenho Informação ( )

**7. Qual é o destino da produção da associação onde faz parte?**

Subsistência ( )

Comercialização ( )

Outras opções ( )

**8. A quem pertence a machamba onde cultiva?**

Associação ( )

Própria ( )

Outras opções ( )

**9.Os membros da associação recebem assistência técnica para a produção? Se sim:**

**a)Quem presta a assistência técnica aos produtores filiados na UNAC?**

Técnicos do SDAE ( )

Sector Privado ( )

UNAC ( )

**b) Que tipo de assistência tem recebido?**

Técnicas de produção ( )

Técnicas de comercialização da produção agrícola ( )

Outras ( )

Muito Obrigada

## Guião de Entrevista para Extensionistas

1.Os pequenos produtores onde faz assistência beneficiam dos serviços da União Nacional dos Camponeses (UNAC)

Sim ( )

Não ( )

Outros ( )

2.Quais os serviços prestados pela UNAC aos pequenos produtores associados no distrito de Boane?

Fornecimento de insumos ( )

Assistência técnica ( )

Formação continua ( )

Outros ( )

3.Quem presta assistência aos produtores locais que não fazem parte da UNAC?

UNAC ( )

Sector Privado ( )

SDAE ( )

4.Qual a comparação que faz em relação a produção e produtividade dos pequenos produtores associados dos não associados que operam no distrito de Boane?

Pequenos Produtores associados ( )

Pequenos Produtores não Associados ( )

5.Qual a sua opinião com relação a produtores locais que não fazem parte da UNAC?

---

---

---

*Muito Obrigada*

## Guião de Entrevista aos Representantes da UNAC

1. Trajectória da UNAC na luta pela participação dos camponeses e os compromissos assumidos pela organização no âmbito do desenvolvimento rural.

2. Como surgiu a UNAC “Organização da Sociedade Civil representante dos Camponeses”?

---

---

---

3. A UNAC possui um estatuto para o seu funcionamento?

---

---

---

4. Quais os requisitos para ser membro da UNAC?

---

---

---

5. Quantas associações fazem parte da UNAC?

---

---

---

6. Acções desenvolvidas pela UNAC no Distrito de Boane;

---

---

---

7. Quais as principais actividades desenvolvidas pela UNAC no distrito de Boane no período de 2015 a 2018?

---

---

---

8. UNAC recebe apoio do Governo ou de outros Parceiros para o desempenho das suas actividades?

---

---

---

9. Quais os compromissos assumidos pela UNAC no Distrito de Boane?

---

---

---

10. Os membros da UNAC estão devidamente informados sobre os objectivos da organização?

---

---

---

11.Os associados têm tido benefícios em caso de necessidade?’

---

---

---

12.Acha que os camponeses sentem-se valorizados pelo Governo e por outros actores da Sociedade Civil como e o caso da UNAC?

---

---

---

13.Acha que a UNAC contribui para a melhoria das condições de vida dos seus membros?

---

---

---

Muito Obrigada!

## Guião de Entrevista para o Director do SDAE

### I Parte

#### 1. Organização e Funcionamento do SDAE de Boane

1. Quantos agricultores existem no distrito de Boane?

---

---

2. Quantas associações existem no distrito?

---

---

3. Quais são os principais problemas que os produtores enfrentam no seu dia-a-dia?

---

---

---

4. Existem algumas organizações da sociedade civil no distrito de Boane que apoia a actividade dos pequenos produtores? Se sim, quais as acções desenvolvidas por estas organizações?

---

---

---

### II Parte

5. Quais as principais acções desenvolvidas pela União Nacional dos Camponeses (UNAC) no Distrito?

---

---

6. Qual a sua opinião com relação a produção e produtividade dos produtores locais que não fazem parte das associações filiadas na UNAC?

---

---

7. Quais as motivações para que este grupo dos produtores locais não estejam filiados a UNAC tendo em conta os benefícios que este representa?

---

---

8. Quem presta a assistência aos produtores que não fazem parte da UNAC?

---

---

---

9. Como avalia o desempenho da UNAC tendo em conta o desenvolvimento do distrito no período em análise?

---

---

---

10. Quais são os aspectos que carecem de ser melhoradas de modo a aumentar a produção e produtividade dos produtores no distrito?

---

---

---

*Obrigada!*